



Heleno da Silva Luiz Junior
Humberto Aparecido Panzetti
Rafael de Oliveira e Silva
Rubens Pantano Filho



GESTÃO PÚBLICA NO ESPORTE

Relatos e experiências



GESTÃO PÚBLICA NO ESPORTE

Relatos e experiências

**CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DA 4ª REGIÃO – CREF4/SP**

Diretoria/Gestão 2016-2018

Presidente

Nelson Leme da Silva Junior

Primeiro Vice-presidente

Pedro Roberto Pereira de Souza

Segundo Vice-presidente

Rialdo Tavares

Primeiro Secretário

Marcelo Vasques Casati

Segundo Secretário

José Medalha

Primeiro Tesoureiro

Humberto Aparecido Panzetti

Segundo Tesoureiro

Antonio Lourival Lourenço

Conselheiros

Adriano Rogério Celante (Conselheiro afastado)

Alexandre Demarchi Bellan

Bruno Alessandro Alves Galati

Érica Beatriz Lemes Pimentel Verderi

Ismael Forte Freitas Junior

João Francisco Rodrigues de Godoy

João Omar Gambini

Luiz Carlos Delphino de Azevedo Junior (Conselheiro afastado)

Marco Antonio Olivatto

Margareth Anderãos

Mario Augusto Charro

Mirian Aparecida Ribeiro Borba Leme

Paulo Rogerio Oliveira Sabioni

Rodrigo Nuno Peiró Correia

Rosemeire de Oliveira

Tadeu Corrêa

Valquíria Aparecida de Lima

Waldecir Paula Lima

Waldir Zampronha Filho

**Heleno da Silva Luiz Junior
Humberto Aparecido Panzetti
Rafael de Oliveira e Silva
Rubens Pantano Filho**

GESTÃO PÚBLICA NO ESPORTE

Relatos e experiências



**Comissão Especial do Selo Literário 20 anos da
Regulamentação da Profissão de Educação Física**
Responsáveis pela avaliação e revisão técnica dos livros
Alexandre Janotta Drigo (Presidente)
Érica Beatriz Lemes Pimentel Verderi
Mario Augusto Charro

Tikinet Edição
www.tikinet.com.br

Diagramação
Patricia Okamoto

Coordenação editorial
Hamilton Fernandes
Aline Maya

Revisão
Dirceu Teixeira
Mariana Lari Canina

Capa e Projeto gráfico
Karina Vizeu Winkaler

Imagens da capa
Eliandro Figueira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

L953

Luiz Junior, Heleno da Silva et. al.
Gestão pública no Esporte: relatos e experiências / Heleno da Silva Luiz Junior,
Humberto Aparecido Panzetti, Rafael de Oliveira e Silva e Rubens Pantano Filho –
São Paulo: CREF4/SP, 2018. (Selo Literário 20 anos da Regulamentação da Profissão
de Educação Física, 16)

128 p.: Il.

ISBN 978-85-94418-22-7

1. Educação Física. 2. Política Pública. 3. Política de Esporte. 4. Experiência
Inovadora. 5. Indaiatuba. 6. Estado de São Paulo. I. Título.

CDU 796

CDD 796

Copyright © 2018 CREF4/SP
Todos os direitos reservados.
Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região – São Paulo
Rua Líbero Badaró, 377 – 3º Andar – Edifício Mercantil Finasa
Centro – São Paulo/SP – CEP 01009-000
Telefone: (11) 3292-1700
crefsp@crefsp.gov.br
www.crefsp.gov.br

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha equipe de trabalho pela amizade, pelo carinho e pela atenção durante todo o tempo de convívio. Sou grato também à minha esposa Bianca, que tem me apoiado em todos os momentos, e ao meu filho Mateus, que agora é minha inspiração. Em especial, ainda expresso gratidão aos meus pais pelo sacrifício que fizeram durante minha formação. E, finalizando, agradeço principalmente a Deus, pois pela fé conseguimos realizar todas as obras.

Heleno da Silva Luiz Junior

Agradeço aos meus amigos e aos meus companheiros de trabalho da Secretaria de Esportes, da Organização Nacional das Entidades Desportivas, do Conselho Regional de Educação Física, do Ministério do Esporte e, principalmente, ao Prefeito Reinaldo Nogueira pela oportunidade de trabalhar como secretário de esportes do Município de Indaiatuba, São Paulo.

Humberto Aparecido Panzetti

Agradeço aos companheiros que me permitiram participar da elaboração dessa obra, em especial ao professor Humberto Panzetti pela confiança depositada em meu trabalho. Também sou imensamente grato

à minha família, que tem sido meu alicerce e que tanto colaborou para minha formação. Agradeço principalmente a Deus, que guia minha mente e meus passos.

Rafael de Oliveira e Silva

Registro aqui minha gratidão aos colegas coautores desta publicação, pelo convite para participar deste trabalho, pela oportunidade de juntos organizarmos esse material que, esperamos todos nós, seja uma das referências para aqueles que atuam na gestão pública, na área esportiva.

Rubens Pantano Filho

COLABORADORES

Os colaboradores listados a seguir participaram dos Projetos Esportivos da Secretaria de Esporte do Município de Indaiatuba (SP):

Alessandra Cristina dos Santos

Alfredo José de Souza

Aline Nunes de Moraes

Ana Lúcia Ratti Brolo

Andréa de Paula Garcia

Antônio Luiz Duarte Cândido

Aparecido Carlos Magna – Coordenador de Estruturas

Bruno Garcia Noronha

Camila Alves Evaristo

Carlos Alberto de Souza – Coordenador de Esportes de Campo

Cíntia Rubio de Oliveira

Cláudio Urbini Freitas (*in memoriam*)

Cristiane Loriatto Gurther

Cristina Aparecida de Toledo – Coordenadora de Esportes de Participação

Débora Tomazelli – Coordenadora de Atividades Aquáticas da Organização Nacional das Entidades Desportivas (Oned)

Éder Henrique de Oliveira

Édima Roberta da Silva Azevedo

Edinaldo Brasil da Silva
Fabiana Amato Biondi Batajelo – Imprensa da Oned
Fabiana Corrêa de Sant’ana
Fagner Severino da Silva
Fernando Ribeiro
Guilherme Henrique Fraga Costa – Assessor de Projetos
Gustavo Ramos dos Santos – Diretor de Esportes
Heleno da Silva Luiz Junior – Coordenador Pedagógico
Humberto Aparecido Panzetti – Secretário de Esportes
Jackson Barsanufu Cardoso
Jacqueline Rominho da Conceição
Janaína Correa
José Eduardo Vieira da Silva
José Maria Ferraz Filho
Juliana Araújo Ignácio
Juliano Ripabello
Kátia Regina Dalara Cardoso
Laís Silva Martins
Lara Magalhães Campos
Lázaro Raynel Ramelas Ramirez – Coordenador de Ginástica da Oned
Leandro Roberto Gurther
Lourival Julião Junior
Luiz Guilherme Bergamo – Coordenador de Esportes de Quadra da Oned
Micael Barnabé Martini – Coordenador da Terceira Idade
Milton Salles Garcia
Orlando Schneider Viana – Assessor do Secretário de Esportes
Oswaldo Luiz Bertoli Junior
Rafael de Oliveira e Silva – Coordenador de Alto Rendimento
Renata Miachon de Oliveira – Coordenadora de Lutas da Oned
Renê Eduardo Salve – Diretor da Oned
Rodrigo Batista
Rodrigo Tetsuo Hirai
Silvia Cristiana Queriquelli de Agostini – Coordenadora do Esporte Educacional
Silvio Domingues – Coordenador de Projetos

Tamara Talarico
Thais Rodrigues de Souza
Valderes Aparecida Czeletzki
Valnélia dos Santos
Vinícius José Campos Lopes

APRESENTAÇÃO

Comemorar 20 anos é uma grande responsabilidade! Com esta idade vem a necessidade da maturidade, do compromisso perante a sociedade e de se tornar respeitado pelos seus pares. E nos 20 anos da regulamentação da profissão de Educação Física, a sensação é de que, apesar de ainda jovens enquanto profissão, temos nos tornado essenciais para o Brasil em diversas áreas de atuação. Em apenas duas décadas alcançamos posições de destaque como técnicos de renome internacional, profissionais da saúde em equipes multiprofissionais, diretores e supervisores de ensino, gestores de distintos segmentos, pesquisadores de renome internacional, reitores de universidades, secretários e diretores de esporte, assessores de ministros, enfim, uma força dentro de nossa sociedade.

Assim, em virtude da comemoração de seus 20 anos, o CREF4/SP oferece aos profissionais de Educação Física, estudantes, instituições de formação superior, bibliotecas e à sociedade o Selo Literário *20 anos da Regulamentação da Profissão de Educação Física*, sendo um marco de registro simbólico e comemorativo do aniversário de nosso reconhecimento social. Desta forma, esta coleção partiu de 20 obras literárias, uma para cada ano de aniversário, que foram avaliadas por uma comissão de especialistas para contemplar as diversas faces, estilos, concepções, ciências e intervenções que a Educação Física possui e, a partir desta pluralidade, demonstrar a competência que de fato temos. A qualidade das obras enviadas excedeu a expectativa e finalizamos o Selo com 21 obras.

Portanto, cabe a mim enquanto presidente do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região (CREF4/SP) apresentar o Selo Literário *20 anos da Regulamentação da Profissão de Educação Física*, que é composto por textos de diferentes autores e coautores, profissionais registrados no Sistema CONFEF/CREF, e convidados por estes, com perfis distintos de pesquisadores, gestores, professores, profissionais de referência e autoridades no seu campo de atuação.

A diversidade dos títulos apreciados reflete aquilo que caracteriza a abrangência das ações e atuações dos profissionais de Educação Física, contemplando as abordagens históricas e da corporeidade, das ciências humanas e sociais, das ciências biológicas e da saúde. Nesta empreitada, orgulhosamente apresentamos todas as obras que compõem esta coleção comemorativa e que tratam de diversos aspectos da nossa profissão, como um símbolo do percurso que viemos traçando para a consolidação de nossas ações perante a sociedade.

Seja analisando a História da Corporeidade ou o Corpo; seja com o reconhecimento em biografia de profissional consagrado; seja na edificação da Educação Física escolar, dos esportes, das lutas, da gestão, do *fitness*, da ginástica, do lazer; seja na solidificação dos parâmetros da avaliação física e da saúde através da prescrição do exercício físico, e da Psicologia e Pedagogia aplicadas, nosso desejo é que os profissionais de Educação Física se perpetuem na tarefa de servir à sociedade com empenho, respeito e conhecimento.

Que este singelo presente aos profissionais que comemoram nossos 20 anos subsidie transformações para que as conquistas que obtivemos perdurem neste próximo ciclo. Termino esta apresentação agradecendo o empenho de todos os autores, tanto pela dedicação com a Educação Física como com este conselho em atenção ao chamado de compor a coleção.

Como profissional de Educação Física, enalteço a importância dos ex-conselheiros que trilharam os caminhos que hoje estamos consolidando.

Feliz 20 anos de Regulamentação Profissional!

Nelson Leme da Silva Junior
Presidente do CREF4/SP
CREF 000200-G/SP

SUMÁRIO

Introdução	17
Mudanças na gestão esportiva	19
Mudanças da política esportiva do município de Indaiatuba	19
Criação de departamentos e mudanças na coordenação das atividades	21
Ampliação dos núcleos e atendimentos no Esporte Cidadão	23
Investimento na capacitação dos professores	26
Divisões dos cargos entre licenciatura e bacharelado nos concursos públicos	27
Adequação do orçamento da Secretaria de Esportes	29
Esporte Educacional	33
Projeto Esporte Cidadão	33
O projeto e as parcerias	34
Abordagem do Projeto Esporte Cidadão quanto a objetivos e a nova grade	37
Programa de divulgação e inscrição do projeto	41
Programa de inclusão	42
Programa de avaliação física	43
Celebrando a parceria público-privada e a Oned	49
Temas transversais: uma ferramenta para educação	50

Programa de festivais.....	51
Pesquisa de satisfação	52
Outros segmentos esportivos do município de Indaiatuba	55
Departamento de Alto Rendimento	55
Programas de aperfeiçoamento.....	56
Departamento de Lazer e Participação	58
Departamento da Terceira Idade	63
A criança e o esporte	67
A infância vista pela sociedade no contexto histórico.....	67
A infância e a Educação Física brasileira.....	69
Desenvolvimento, desenvolvimento motor infantil e psicomotricidade	72
O papel da brincadeira e do jogo na construção da identidade e autonomia.....	77
O esporte, o desporto educacional e o professor	89
Indicadores quantitativos e qualitativos do Projeto Esporte Cidadão e alto rendimento	97
Quantidade de professores comissionados e concursados da Secretaria de Esportes	97
Vagas oferecidas pelo Projeto Esporte Cidadão	98
Atendimentos do Projeto de Lazer	98
Aletas que participam do Projeto de Alto Rendimento	99
Pesquisa de satisfação do Projeto Esporte Cidadão.....	99
Curso de extensão em parceria com a Unifesp	99
Pesquisas realizadas no período de transição do Pria e implantação do Projeto Esporte Cidadão	101
Trabalho 1.....	101
Trabalho 2.....	103
Trabalho 3.....	105
Trabalho 4.....	107
Trabalho 5.....	108
O Projeto Esporte Cidadão e os trabalhos acadêmicos.....	111

Sumário

Tornei-me Secretário de Esportes: e agora?..... 115

Referências..... 121

INTRODUÇÃO

Helena da Silva Luiz Junior¹

Esta publicação é uma iniciativa da Secretaria de Esportes do Município de Indaiatuba. Os relatos e as experiências registradas neste texto correspondem ao período de 2013 a 2016. O objetivo deste trabalho é contribuir para o desenvolvimento da gestão pública dos municípios no que se refere ao esporte educacional, de participação e competição, tanto no aspecto da organização de ações administrativas e pedagógicas, bem como na gestão dos serviços oferecidos pelas Secretarias de Esportes dos municípios.

Em nosso país, há vários anos o futebol tem sido o esporte de destaque na mídia e, assim, privilegiado nos investimentos, tendo em vista seu grande apelo comercial. No entanto, ao poder público não cabe financiar somente uma modalidade esportiva, um único campeonato ou um projeto isolado. Neste caso cabe sim oferecer diversas modalidades em seus programas municipais, além de aperfeiçoar os espaços públicos com equipamentos de qualidade e na quantidade necessária, permitindo assim o ingresso da população nos espaços públicos. Busca-se desse modo prestar serviços de qualidade, comprovando e justificando todo o investimento designado para a área esportiva.

1 Coordenador Pedagógico da Secretaria de Esportes Indaiatuba, São Paulo.

Assim, a proposta desta obra é contribuir com o poder público, que tem como obrigação pela Constituição Federal oferecer e possibilitar o acesso da população a programas esportivos, com a prioridade de promover a saúde, a educação e a cidadania.

MUDANÇAS NA GESTÃO ESPORTIVA

*Heleno da Silva Luiz Junior
Humberto Aparecido Panzetti
Rafael de Oliveira e Silva
Rubens Pantano Filho*

Mudanças da política esportiva do município de Indaiatuba

Após o início da gestão do secretário de esportes Humberto Panzetti, houve uma reestruturação nos projetos esportivos de Indaiatuba, que teve início em julho de 2012. A Secretaria de Esportes adotou uma nova postura, reorganizando seus departamentos, normatizando todos os projetos esportivos existentes, com o objetivo de distribuir adequadamente os recursos financeiros e estruturais disponíveis entre eles.

Na área esportiva, as mudanças imediatas se iniciaram com uma nova filosofia, agora educacional, para os projetos já existentes. Com o objetivo alterado, foi necessário mudar o nome do projeto, que antes se denominava Programa de Recreação, Iniciação e Aperfeiçoamento (Pria) e enfatizava a característica de “Escolinha de Esportes”, para “Esporte Cidadão”, voltada a ensinar cidadania junto ao esporte. Dessa forma, criou-se uma coordenação pedagógica para implantar uma nova metodologia de aula, buscando assim a melhoria da qualidade, em termos didáticos, que pudesse refletir na melhoria do ser humano como um todo.

Esta coordenação atua diretamente com os professores, que passaram a abordar nas aulas conteúdos relacionados a jogos pré-esportivos adaptados, jogos e atividades recreativas, auxiliando na educação e na construção da cidadania dos alunos inseridos no projeto.

Na área administrativa foi elaborado um documento para padronizar as diversas normas de conduta dos funcionários, com um novo regimento interno.

Foi criado também o cargo de coordenador de núcleo esportivo, sendo designado a cada núcleo um responsável para agilizar as necessidades e cumprir as normas de conduta, além de auxiliar nas diversas áreas conforme suas necessidades.

A seguir temos parte desse documento, com as atribuições a serem observadas pelos coordenadores de núcleo:

- Administrar o núcleo no que diz respeito à limpeza, conservação e manutenção;
- Fiscalizar os horários de entrada e saída dos funcionários;
- Observar a produtividade de todos os serviços;
- Assessorar os alunos, professores e funcionários em casos de urgência e emergência;
- Acionar os coordenadores de área de acordo com a necessidade.

Assim sendo, foi dado início às mudanças propostas para a Secretaria de Esportes, que sem dúvida tem gerado significativa e imediata melhoria, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Podemos dizer que, seguindo um referencial único previamente estabelecido, todos os setores possuem eficiência em sua execução e controle. Assim, o atendimento nos diversos núcleos tende a alcançar níveis de excelência em todas as frentes, visando atender o maior número de cidadãos.

Houve mudanças significativas também na área do alto rendimento, que passou a valorizar os atletas da cidade que treinam e competem o ano todo pelo município. Foram criadas regras claras para a obtenção de auxílios financeiros que possibilite, ao atleta desenvolver seu rendimento sem a necessidade de patrocínios fora da esfera municipal. Isso proporcionou a melhoria imediata dos resultados, sendo que antes imaginávamos obtê-los a longo prazo. As medidas também possibilitaram mais transparência no uso dos recursos.

O esporte de participação difere do educacional principalmente na forma de trabalhar emocionalmente com o público. Nesse grupo não existe muita evasão, diferentemente do projeto Esporte Cidadão, no qual os professores, além de aplicar os conteúdos de acordo com a

idade, devem também motivar constantemente os alunos, para que eles tenham grande vontade de voltar para as próximas aulas.

O público do esporte de participação apresenta-se mais motivado só pelo fato de estar, naquele momento, junto com os amigos e praticando uma atividade física. Nesse grupo, a mudança ocorreu no controle dos exercícios aplicados e nas avaliações da condição física dos alunos, direcionando o treinamento de acordo com as necessidades de cada um, para assim colaborar com a saúde e a qualidade de vida deles.

A principal mudança dessa individualização do treinamento foi orientar os alunos a praticarem diariamente atividades físicas além dos dias que já o fazem, nas turmas de esporte de participação.

Criação de departamentos e mudanças na coordenação das atividades

Dentre as mudanças estabelecidas pela nova administração da Secretaria de Esportes com o objetivo de normatizar os projetos esportivos e readequar os recursos financeiros disponíveis, citamos a criação de departamentos como a Coordenação Pedagógica e de Serviços Gerais, além da nova Coordenação para o Projeto Esporte Cidadão e o Programa de Lazer.

O secretário Humberto Panzetti criou a Coordenação Pedagógica, que ficou sob a supervisão do professor Heleno da Silva Luiz Junior em padronizar e melhorar a qualidade do atendimento aos usuários dos programas de esporte de participação, esporte educacional e esporte de alto rendimento, por meio de novas ferramentas didáticas e da formação continuada dos profissionais, possibilitando o acesso a informações atualizadas da área da atividade física.

A nova metodologia desenvolvida propôs ações como: avaliação diagnóstica dos alunos (física e socioeconômica); elaboração de programas semestrais de atividades, visando ensinar através do esporte, e não somente a técnica específica de uma modalidade; e normatização das atividades propostas pela equipe de professores. Essa metodologia foi baseada em conceitos científicos e importantes bibliografias da área de esporte educacional. Durante as reuniões semanais, a capacitação dos professores foi direcionada para um contexto de normatização e adaptação ao método de ensino-aprendizagem mais adequado à nossa realidade.

Assim, foi alcançada a meta de não mais existirem projetos individuais deste ou daquele professor ou gestor, mas sim uma metodologia única da Secretaria de Esportes, possibilitando a melhoria dos atendimentos em todas as frentes, que se alinharam às expectativas da nova gestão.

Para a Coordenação do Esporte de Alto Rendimento foi designado o professor Rafael de Oliveira e Silva. Nesse setor, novas regras possibilitaram a valorização dos atletas residentes e vinculados ao município. Também foi dada atenção especial aos talentos que despontaram no Programa Esporte Cidadão. Ainda que a formação de atletas não seja o objetivo principal desse programa, ele sem dúvida permite o aprimoramento dos alunos e, conseqüentemente, o surgimento de novos talentos. Portanto, houve grande preocupação com o atendimento destes, valorizando-os e encaminhando-os para o nível de treinamento, possibilitando o surgimento de uma nova geração de atletas.

Criou-se também a Coordenação de Serviços Gerais, que ficou a cargo do professor Aparecido Carlos Magna, cuja função principal foi organizar e otimizar o trabalho da equipe interna na manutenção dos núcleos e no atendimento aos profissionais dos serviços gerais, agilizando assim a resolução dos problemas cotidianos. Na triagem desses problemas considerou-se os espaços físicos e seu potencial em número de atendimentos, para que, durante a oferta das modalidades esportivas, não ficassem ociosos em nenhum dia ou período da semana; vale lembrar que vazios, esses espaços geram as mesmas despesas, conseqüentemente grandes problemas.

As atividades do Programa de Lazer também foram revitalizadas visando o aumento do número de atendimentos e a disponibilização de novas atividades para a população acima de 16 anos. Essa coordenação esteve a cargo da professora Cristina Aparecida de Toledo.

No setor infantil e infanto-juvenil ocorreram as maiores mudanças, que serão abordadas com mais propriedade nos próximos capítulos. O nome do programa mudou e sua coordenação esteve a cargo da professora Silvia Cristiana Queriquelli de Agostini.

Finalmente, criou-se a Coordenação dos Núcleos Esportivos, tendo em vista a enorme demanda de cada núcleo. Para proporcionar um melhor atendimento aos munícipes, foi designado um responsável para cada deles, sob a responsabilidade da Secretaria de Esportes.

A esses coordenadores foram atribuídas algumas funções além da verificação das necessidades de manutenção e conservação dos núcleos:

- Fiscalizar o horário de trabalho dos funcionários de seu núcleo;
- Observar a produtividade de todos os serviços prestados;
- Buscar a excelência no atendimento público;
- Acompanhar os alunos, professores e funcionários em caso de urgência e emergência durante seu expediente;
- Supervisionar as atividades esportivas durante sua execução.

Também foi decidido por um rodízio anual dos responsáveis dos núcleos, de modo que não houvesse sobrecarga de trabalho para nenhum deles, uma vez que há diferenças de tamanho e número nos atendimentos dos núcleos.

Para melhor compreensão das mudanças que se faziam necessárias, a Figura 1 ilustra o organograma da Secretaria de Esportes de Indaiatuba.

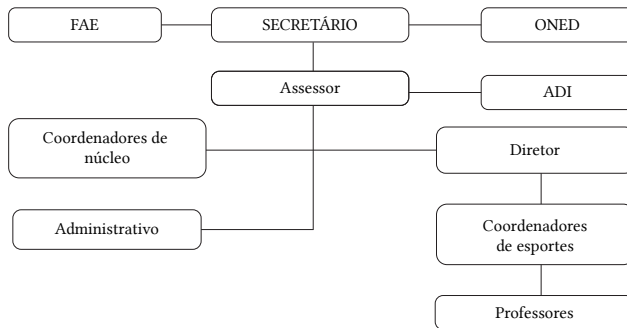


Figura 1. Organograma da Secretaria de Esportes de Indaiatuba

FAE: Fundo de Assistência ao Esporte; ONED: Organização Nacional das Entidades Esportivas; ADI: Associação Desportiva Indaiatubana.

Ampliação dos núcleos e atendimentos no Esporte Cidadão

As mudanças se iniciaram desde a chegada do novo gestor. No início de 2012, o projeto Pria da Secretaria de Esportes de Indaiatuba atendia

no contraturno escolar crianças e jovens de 6 a 15 anos de idade, em 15 núcleos esportivos, com aproximadamente 2.942 alunos.

Com a implantação do Projeto Esporte Cidadão, o atendimento foi ampliado em várias frentes: passou a atender crianças e jovens de 6 a 17 anos, o número de núcleos para atendimento à população foi ampliado para 22 (um ganho de sete, sendo os núcleos Quadra 23, Campo do Jardim Califórnia, Piscina do Jardim Califórnia, Centro de Ginástica na Escola do Nízio Vieira, Campo da Ponte Preta e Ginásio Municipal de Esportes). O número de atendidos saltou de quase três mil para quase oito mil alunos. Além disso, modalidades como tênis de campo, aikido, jiu-jitsu e tênis de mesa passaram a integrar o quadro das atividades oferecidas pela Secretaria de Esportes. O Quadro 1 descreve os locais, endereços e modalidades oferecidas pelo Projeto Esporte Cidadão.

Quadro 1. Locais, endereços e modalidades oferecidas pelo Projeto Esporte Cidadão (2015)

Local	Endereço	Modalidade
Centro Esportivo do Trabalhador	Av. Conceição, 1885, Cidade Nova	Futebol, futsal, handebol, voleibol, basquetebol, atletismo, natação e iniciação esportiva
Centro Esportivo Rêmulo Zoppi	Rua Helena Tomasi, 53, Jardim Rêmulo Zoppi	Futebol e natação
Parque Corolla	Rua Serafim Gilberto Candello, s/n, Jardim Morada do Sol	Futsal, voleibol, basquetebol, natação, caratê e capoeira
Campo do São Conrado	Rua José de Campos, s/n, Jardim São Conrado	Futebol, atletismo e tênis de mesa
Campo do Oliveira Camargo	Rua Manoel F. Ribeiro Garcia, s/n. Jardim Oliveira Camargo	Futebol
Arena Aldrovandi	Av. Ângelo Berteli Neto, 1.000, Jardim Carlos Aldrovandi	Futsal, ginástica rítmica e ginástica artística
Academia Municipal	Rua Jacob Lyra, 140, Parque das Nações	Futsal, handebol, judô, caratê, capoeira e iniciação esportiva
Centro de Ginástica	Rua Guatemala, 147, Parque Boa Esperança	Ginástica de trampolim e ginástica artística

Quadro 1. Continuação

Local	Endereço	Modalidade
Campo do Ponte Preta	Rua Joaquim Pedroso de Alvarenga, 3 – Itaiaci. Largo da Estação	Futebol e iniciação esportiva
EMEF Nízio Vieira	Rua Jordalino Pietrobom, 329, Jardim Morada do Sol	Ginástica artística (apenas para alunos da escola)
Educando para a Vida	Rua João Carlos Canova, 421, Jardim Lauro Bueno	Voleibol
NASEJA	Rua da Caixa d'Água, 162, Santa Cruz	Esportes adaptados e iniciação esportiva
Sesi	Av. Francisco de Paula Leite, 2.701., Jardim Califórnia	Futsal, voleibol, basquetebol, natação, judô, tênis de mesa, tênis de campo, jiu-jitsu e rúgbi
Pista de bicicross	Av. Engenheiro Fábio Roberto Barnabé, s/n, Jardim Esplanada	Bicicross
Centro Esportivo Califórnia	Rua Ema Montoanelli Tachinard, s/n, Jardim Califórnia	Natação e natação especial.
Quadra 23	Rua Antônio Brunetti, s/n, Praça Darcy Barnabé, Jardim Morada do Sol	Ginástica rítmica, ginástica artística, judô, jiu-jitsu, caratê e aikido
Ginásio Municipal de Esportes	Av. Visconde de Indaiatuba, 1.250, Jardim América	Voleibol e ginástica rítmica
Campo do Califórnia	Rua Ema Montoanelli Tachinard, 521, Jardim Califórnia	Futebol
PAASI	Rua José Maria de Almeida, s/n, Jardim João Pioli	Capoeira
Quadra de Tênis do Parque Temático	Av. Engenheiro Fábio Roberto Barnabé, s/n, Jardim Regina	Tênis de mesa e tênis de campo
Comunidade Bairro Tombadouro	Rua Pedro Virillo, 310, Jardim Santiago	Aikido e futebol de areia

Investimento na capacitação dos professores

Acreditando que a capacitação venha a atender na “ponta”, outra mudança significativa propiciada pela nova Secretaria de Esportes foi o investimento na capacitação dos profissionais de Educação Física. Isso permitiu a reciclagem de conhecimentos na área, bem como a ampliação do universo e da ótica dos profissionais da Secretaria. A mudança foi extremamente importante para que todos entendessem que o esporte é uma ferramenta poderosa, que possibilita um desenvolvimento integral do ser humano e é muito mais do que apenas diversão, sendo indispensável na manutenção da saúde.

A necessidade de atualização dos profissionais de Educação Física é contínua devido à evolução dos materiais esportivos e do aparecimento constante de novas pesquisas na área da saúde, apresentando resultados de novos métodos de treinamento desportivo.

Pensado nisso, em 2012, a Secretaria Municipal de Esportes assinou um convênio com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) para a realização de cursos de capacitação para todos os professores que atuam nos projetos esportivos, sem custo para o município. As aulas foram ministradas às segundas-feiras, das 8h às 12h, totalizando carga horária de 390 horas. Durante o fechamento de cada ciclo, os professores escreveram um artigo científico, considerado o trabalho de conclusão de curso para cada módulo e requisito para obtenção do certificado. O convênio é renovado anualmente para atender todas as áreas do conhecimento – saúde e ciências humanas – da Educação Física.

Após a assinatura do convênio, o secretário municipal de esportes, Humberto Panzetti, proferiu estas palavras:

Esse convênio fechado pelo prefeito Reinaldo Nogueira é uma grande vitória para Indaiatuba e vem ao encontro dos nossos objetivos na Secretaria, que são atender mais e melhor. Queremos estabelecer um padrão alto de qualidade com a normatização, e a Unifesp é uma das melhores instituições de ensino do país, apresentando o que há de melhor, o que há de excelência nos segmentos de Educação Física e qualidade de vida. Sem dúvida

será uma grande oportunidade para a qualificação de nossa equipe.

Divisões dos cargos entre licenciatura e bacharelado nos concursos públicos

Os concursos públicos são atribuições legais, solicitadas pelo prefeito do município, que visam selecionar os candidatos à ocupação dos cargos de professores de Educação Física providos pelo regime estatutário, tanto nas áreas da educação formal (escola) quanto não formal (esportes).

Com a necessidade de atender a população, que busca por meio do serviço público a melhoria da saúde e da qualidade de vida, o município adotou em seus regulamentos para a inscrição dos candidatos nos editais dos cargos referentes à Secretaria de Esportes, a exigência de profissionais da área da saúde que possuíssem o título de bacharel em Educação Física.

O texto a seguir mostra como foi justificada para o concurso público de Indaiatuba a solicitação de bacharéis em Educação Física para os cargos na Secretaria de Esportes.

A Educação Física é uma profissão regulamentada, conforme estabelece a Lei Federal nº 9.696/98, sendo que apenas profissionais registrados junto ao Sistema dos Conselhos Federal e Regionais de Educação Física (CONFED/CREFS) detêm a prerrogativa de exercer cargos relativos a atividades físicas e desportivas, conforme pode-se observar do disposto no art. 1º da lei mencionada:

O exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física são prerrogativas dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física.

O art. 2º da Lei nº 9.696/98 disciplina o registro profissional dos profissionais de Educação Física, permitindo-o em três situações:

- Provisionado;
- Graduados em instituição de ensino superior do exterior;
- Graduados em instituição de ensino superior nacional.

Na primeira situação, o profissional receberá a habilitação profissional quando comprovar experiência mínima de três anos anteriores à edição da lei, em determinada modalidade esportiva, na forma das Resoluções CONFEF nº 45/2002 e CREF4/SP nº 45/2008. Importante ressaltar que o indivíduo provisionado poderá exercer atividades profissionais apenas em uma modalidade esportiva, sendo vedada a orientação em outra distinta da constante em seu registro. Por exemplo, o profissional provisionado em tênis não poderá ministrar aulas de futebol.

Na segunda situação, mais específica, será concedido registro profissional para os graduados em instituições de ensino superior do exterior após a convalidação regular do diploma por uma instituição de ensino superior nacional. Por fim, será concedido registro profissional para os graduados em instituições de ensino superior nacionais.

Nos casos específicos da graduação, segundo a formação obtida, o profissional poderá exercer suas atividades nos seguintes campos de atuação:

- Na área formal, professores da educação básica: os egressos de cursos de licenciatura de graduação plena, disciplinada pelas Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP) nº 01 e nº 02/2002, com integralização no período mínimo de três anos, cujos formados poderão atuar exclusivamente no âmbito da educação básica;
- Em academias, ACMs, condomínios, clubes etc.: os egressos dos cursos de bacharelado em Educação Física, com fundamento nas Resoluções CNE/CP nº 07/2004 e nº 04/2009, com duração mínima de quatro anos, com habilitação para todas as áreas da Educação Física, inclusive esportivas, exceto as escolares, reservadas aos formados no curso de licenciatura;
- Ampla, geral e irrestrita: os egressos dos cursos da licenciatura plena, com fundamento na Resolução do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 03/1987, cuja integralização seja um projeto pedagógico genérico de quatro anos, com habilitação para atividades próprias dos cursos de licenciatura e bacharelado.

De acordo com a necessidade do município, entendemos que os cargos a serem criados deverão ser preenchidos por profissionais com formação em bacharelado em Educação Física, pelos seguintes motivos:

- As atividades a serem desenvolvidas estão ligadas diretamente às práticas esportivas;
- As atividades físicas serão desenvolvidas valendo-se da especialidade exigida, o que não significa dizer que as aulas serão exclusivas da modalidade esportiva utilizada;
- O profissional a ser contratado poderá ser aproveitado pela respectiva Secretaria para o exercício de suas funções em outro órgão, em razão de sua habilitação genérica, caso esteja impedido de exercer no órgão originário por quaisquer motivos;
- O profissional de Educação Física graduado em curso de nível superior possui formação acadêmica mais abrangente, o que o torna um agente aproveitável em quaisquer órgãos da Secretaria;
- O profissional de Educação Física graduado possui capacidade de oferecer atividades físicas numa perspectiva que ultrapassa a ideia de mera competição, pois proporciona um ambiente de efetivo aprendizado e formação adequada aos beneficiários, bem como sua inclusão social;
- Os municípios serão beneficiados com os serviços prestados por uma equipe de profissionais altamente qualificados e aptos à implementação de serviços ligados à atividade física, com alta qualidade e segurança, com a vantagem de utilização de modalidades específicas como atrativo para a prática das atividades físicas.

Estes motivos justificam exigência da formação em bacharelado em Educação Física ou no antigo curso de licenciatura plena (licenciatura e bacharelado) para o provimento dos cargos docentes a serem criados pela Secretaria de Esportes.

A exigência do bacharelado em Educação Física na descrição do perfil do candidato para nomeação fez com que dividíssemos os profissionais que atuam na área de ciências humanas, os licenciados, dos profissionais da área da saúde, os bacharéis.

Adequação do orçamento da Secretaria de Esportes

Para a viabilidade das novas propostas implantadas na Secretaria de Esportes, foi necessária uma readequação no investimento da verba destinada à pasta do esporte.

Anteriormente, a Secretaria de Esportes destinava aproximadamente 60% do orçamento e dos recursos da pasta ao esporte de alto rendimento. Assim, os demais departamentos, de participação e de iniciação, ficavam apenas com uma parte menor do investimento para atender as demandas de cada setor.

Com as novas diretrizes, principalmente com a mudança de paradigma no programa oferecido às crianças e adolescentes, e de acordo com a nova percepção do esporte como ferramenta de educação (seguindo portanto a tendência adotada pelo próprio Ministério dos Esportes), a Secretaria passou a investir 50% do orçamento no Programa de Esporte Educacional, 30% no Programa de Lazer (esporte de participação) e 20% no Esporte de Alto Rendimento. O recurso maior permitiu que o projeto antes denominado Pria, agora Esporte Cidadão, desse um grande salto de qualidade e de quantidade de pessoas atendidas.

O Departamento de Lazer conseguiu, com a porcentagem destinada, manter seu atendimento e melhorar as condições gerais. Já no Departamento de Alto Rendimento, como geralmente acontece em toda mudança, houve certo desconforto inicial entre técnicos, atletas e demais integrantes e parceiros, pois imaginava-se que, diminuindo o orçamento, a estrutura e o desempenho seriam prejudicados. Contudo, esse desconforto foi desfeito e ficou claro que não haveria perdas no setor. Foram apenas apresentadas novas regras para o acesso dos atletas no que se refere à obtenção das ajudas de custo, através do Bolsa Atleta Municipal, com os recursos que são destinados ao FAE. A portaria que instituiu o Programa de Bolsa Atleta seguiu as regras do Governo Federal e procurou privilegiar os atletas da cidade, aqueles que treinam e representam o município durante o ano todo. Foram reorganizados também os apoios aos parceiros, que são parte dos competidores que representam o município.

De maneira mais sucinta, a reorganização nos investimentos, que passaram a ser mais bem distribuídos, garantiu que o orçamento se adequasse sem que as expectativas negativas iniciais se concretizassem. Ao contrário, as regras mais transparentes melhoraram significativamente os resultados das equipes, inclusive em Jogos Regionais e Abertos do Interior, competições que servem de parâmetro por seu ótimo nível técnico.

Após acordado entre os gestores e deferido pelo prefeito Reinaldo Nogueira, o secretário municipal de esportes Humberto Panzetti pronunciou essas palavras para imprensa local:

Não existirá mais projeto individual deste ou daquele professor, mas sim uma metodologia única da Secretaria, que fará com que o atendimento alcance a excelência em todas as frentes. Essas mudanças têm como foco concretizar nosso objetivo de atender ao maior número de cidadãos com a máxima qualidade e que, no esporte de alto rendimento, a cidade seja representada por seus próprios filhos. Queremos que o esporte em Indaiatuba tenha um caráter verdadeiramente transformador.

ESPORTE EDUCACIONAL

*Heleno da Silva Luiz Junior
Humberto Aparecido Panzetti
Rafael de Oliveira e Silva
Rubens Pantano Filho*

Projeto Esporte Cidadão

Iniciamos este capítulo com um breve histórico do programa para crianças e adolescentes da Secretaria de Esportes. Em 1993, pelas mãos do próprio gestor atual da pasta, o professor Humberto Panzetti, Indaiatuba iniciou um projeto esportivo que recebeu o nome de Programa Desporto de Base (PDB), no qual a Prefeitura oferecia gratuitamente uma série de modalidades em vários polos da cidade, com o objetivo de ensinar o esporte e seu gesto técnico. Importante salientar que o esporte nunca se dissocia da educação; tudo que se insere no contexto esportivo serve para o desenvolvimento do ser como um todo.

Esse projeto mudou de nome a partir de 1997, passando a ser denominado Programa de Recreação, Iniciação e Aperfeiçoamento (Pria), com as mesmas bases do PDB. Durante seus 16 anos de existência, o Pria adquiriu uma característica de múltiplos projetos (pessoais) inseridos em um programa esportivo. Por não haver uma diretriz preestabelecida, cada profissional foi adaptando sua forma pessoal de conduzir a modalidade. Outro grande problema foi encarar o esporte apenas enfatizando o gesto técnico, que tornou a modalidade exclusiva. Esta perspectiva fez que o aluno que não alcançasse determinada performance se desmotivasse e abandonasse a modalidade. Aliada a um grande número de outros

fatores, talvez essa abordagem explique a baixa adesão constatada pelo atual gestor.

Era preciso agir para não deixar uma ideia tão preciosa se perder. Afinal, como já registramos, os valores desenvolvidos no esporte auxiliam na formação do caráter do cidadão. Então, o professor Humberto Panzetti, com base na experiência e no conhecimento acumulados em 30 anos de atuação com políticas públicas na área esportiva e tendo como base a Constituição Federal de 1988, em que “o esporte deve ser tratado pelas instituições públicas municipais, estaduais e federais como uma manifestação educacional”, criou o Projeto Esporte Cidadão.

Buscando a popularização e acessibilidade ao esporte, a visão do projeto é não só proporcionar e divulgar os benefícios para saúde que a atividade física regular traz, mas também fomentar valores socioeducativos, como ética, respeito, formação de valores, adaptação às regras, determinação e trabalho em equipe. O Projeto Esporte Cidadão prioriza, em sua estrutura, a formação social da criança enquanto ferramenta de apoio para a escola e para a família.

O projeto e as parcerias

Lei de Incentivo

Na primeira fase do Projeto Esporte Cidadão foram estabelecidos os dias e horários de atendimentos, a frequência semanal, a divisão de turmas por idade e a metodologia das atividades.

Essa adequação foi desenvolvida ao longo de um ano. Paralelamente, intensificou-se o contato com as empresas Toyota do Brasil e John Deere do Brasil, no sentido de convidá-las a tornarem-se parceiras do novo projeto esportivo. Por meio desses contatos e da apresentação do projeto às duas empresas, houve uma série de negociações. Levando-se em conta o enorme ganho para todos, apresentou-se uma solicitação de incentivo e investimento no valor de R\$ 1.150.000,00, o qual poderia ser deduzido do valor correspondente ao imposto de renda no ano corrente, até o limite de 1% (Lei de Incentivo ao Esporte).

Acertados os detalhes, os recursos captados foram utilizados para expandir a equipe de profissionais dedicada ao programa, possibilitando assim que mais crianças e jovens se beneficiassem da prática esportiva

gratuita. O projeto atendeu já no primeiro ano de incentivo cerca de oito mil participantes, sendo que a meta foi atingida ao final do mesmo ano, com dez mil atendimentos.

A parceria permitiu também a contratação de mais profissionais especializados em áreas como natação, lutas, ginásticas e esportes coletivos. Esses novos profissionais de Educação Física tiveram como função apoiar a gestão dos recursos, bem como elaborar relatórios periódicos que nortearam esse período de transição de objetivos.

O Ministério do Esporte, no que se refere ao desenvolvimento processual, é bastante rigoroso ao fiscalizar as atividades desse cunho que se beneficiam da Lei de Incentivo, estabelecendo parcerias público-privadas. Somente com esse controle e apoio do Ministério pudemos visualizar os resultados e pleitear a possível renovação das parcerias, por até mais cinco anos. Assim, é fundamental para a continuidade do projeto que cada setor possua mão de obra especializada.

Nossa cidade foi a primeira a implantar uma parceria público-privada com essas características apoiada pela Lei de Incentivo. A política esportiva do município busca reforçar e expandir continuamente o esporte de caráter educacional, popularizando-o e garantindo assim o acesso a todos os benefícios, que não se restringem à boa forma física, mas incluem também o educar pelo esporte.

Uma das justificativas para implantação do Projeto Esporte Cidadão é que o esporte trabalha com valores fundamentais, com inclusão social e não visa somente a formação de atletas, mas principalmente de cidadãos que entendam e valorizem o arsenal de benefícios que a atividade física proporciona.

Com essa proposta surgiu a parceria com a Universidade de São Paulo (USP), que possibilitou a mensuração dos impactos da implantação do Projeto Esporte Cidadão.

Universidade de São Paulo

Após a implantação do Projeto Esporte Cidadão em Indaiatuba (SP), vários estudantes de mestrado e doutorado se interessaram em aplicar avaliações físicas e pesquisas socioeconômicas com foco no esporte educacional para mensurar o impacto do projeto para os municípios.

No ano de 2011 foi firmado um convênio entre a Prefeitura Municipal de Indaiatuba e a USP com o objetivo de auxiliar o agora extinto Pria a mensurar os resultados obtidos por meio do esporte.

Em 2012 houve um projeto-piloto que avaliou alunos da rede municipal de educação participantes do projeto de esporte educacional, já com o Esporte Cidadão implantado, e constatou que estes alunos obtiveram melhor rendimento escolar. Os dados sobre o projeto citado e outros que ocorreram nos anos seguintes serão aprofundados no capítulo “Indicadores quantitativos e qualitativos do Projeto Esportivo de Indaiatuba”.

Desde 2013, a USP tem apoiado nosso projeto no que tange à análise estatística e na discussão dos resultados. Esses indicadores são constantemente utilizados pelo Secretário de Esportes, Humberto Panzetti, para a gestão esportiva do município, de modo que todos os novos projetos somente sejam implantados quando o prefeito Reinaldo Nogueira verifica sua real necessidade por meio dos resultados obtidos.

Para que as pesquisas fossem realizadas e as novas propostas implantadas, surgiu uma parceria com a Organização Nacional das Entidades Desportivas (Oned), a qual possibilitou o aporte de recursos financeiros no Projeto Esporte Cidadão.

Organização Nacional das Entidades Desportivas

A Prefeitura de Indaiatuba, por intermédio da Secretaria de Esportes, juntamente com a proponente do projeto educacional, a Oned, dividiu as responsabilidades na gestão do projeto. A Prefeitura respondeu pela execução do plano de trabalho nas modalidades esportivas, autorizando a Oned a utilizar os núcleos esportivos e o quadro de profissionais de Educação Física nos horários das atividades educativas (das 8h às 11h30min e das 14h às 17h30min, de segunda a sexta-feira) para uso do Projeto Esporte Cidadão, sem ônus de qualquer espécie. Ficou a cargo da Prefeitura Municipal todos os gastos referentes aos salários dos professores das 22 modalidades e a manutenção geral dos núcleos esportivos.

A Oned, entidade de administração nacional inscrita no CNPJ 5.331.572/0001-77, com cadeira fixa no Conselho Nacional de Esportes e no Conselho Estadual de vários estados da Federação, atualmente representa 92 entidades de administração nacional no desporto e no

paradesporto. A entidade foi criada em 29 de maio de 2001, por meio de uma proposta do então Ministro de Esportes e Turismo, Carlos Mellis, tendo como Secretário Nacional e responsável pela pasta do esporte o medalhista olímpico Lars Grael.

A entidade mantém vários convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, sendo o mais importante realizado com o Projeto Revelação Esportiva, em parceria com a Secretaria Estadual de Esporte e Lazer do Estado de São Paulo, atendendo cerca de nove mil pessoas, divididas entre o Parque da Juventude e a Vila Olímpica Mário Covas, demonstrando assim a capacidade técnica operativa exigida por Lei.

A Oned também demonstra capacidade na gestão financeira, tendo nos últimos nove anos vários projetos com captação de verba pública nas esferas federal, estadual e municipal, com 100% das suas contas aprovadas pelos órgãos responsáveis.

Atualmente, a Oned requereu da Secretaria Estadual da Fazenda de São Paulo o Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades, documento exigido pelo estado de São Paulo para a realização de convênios.

Abordagem do Projeto Esporte Cidadão quanto a objetivos e a nova grade

Dividimos os objetivos do Projeto Esporte Cidadão para pontuar alguns itens que estabelecem uma relação entre a filosofia da Secretaria de Esportes e a missão do Projeto Esporte Cidadão.

Objetivo geral

Proporcionar acesso gratuito ao esporte e lazer a todos os munícipes na faixa etária de 6 a 17 anos, com mão de obra especializada.

Objetivos específicos

- Possibilitar ao aluno a prática da atividade física, enfatizando em seus conteúdos o caráter de formação social, apoio educacional e participativo do indivíduo;
- Apresentar a atividade esportiva e garantir o acesso ao bem cultural esportivo e ao benefício à saúde;

- Oportunizar o conhecimento de suas características e desenvolver as potencialidades em um processo educativo que o ajude e sirva de parâmetro para a construção de valores;
- Ensinar a vencer os desafios da vida e a importância da convivência social, estimulando por meio de jogos o emprego de regras adaptadas e de abordagens dos temas transversais durante as aulas, ampliando assim a visão de direitos e deveres individuais e coletivos perante a sociedade;
- Desenvolver o projeto esportivo e estendê-lo como apoio a outras Secretarias como as da Educação, do Bem-Estar Social e da Saúde;
- Apoiar os projetos sociais realizados pela prefeitura e pelo terceiro setor.

Muitas adaptações foram realizadas para o desenvolvimento do novo projeto, abrangendo estrutura de aula, ampliação das faixas etárias atendidas e uma nova diretriz de conteúdos abordados nas aulas.

Como já registramos no capítulo anterior, no período que antecedeu o Projeto Esporte Cidadão, de 1997 a 2012, o projeto de Escolinha de Esporte vigente no município se chamava Pria e atendia a faixa etária de 6 a 15 anos, dividida em turmas com idades de 6 a 9, de 10 a 12 e de 13 a 15 anos. As aulas possuíam conteúdos diferentes adequados por faixa etária, sendo executadas da forma apresentada no Quadro 1.

Quadro 1. Objetivos das aulas durante a vigência do Pria (1997/2001)

Turmas	Idade	Proposta	Duração	Objetivos
1º Manhã e Tarde	6 a 9 anos	Recreação esportiva	1h15min	Desenvolver um conjunto de atividades recreativas e de entretenimento direcionadas para o desenvolvimento da criança. A proposta é que a criança vivencie as práticas esportivas entretendo-se no contraturno escolar, favorecendo a integração sociocultural a partir de uma orientação socioeducativa. As aulas deverão ser desenvolvidas com atividades lúdicas, recreativas e desportivas para a melhoria da qualidade de vida em todas as faixas etárias, com um estímulo, já nessa idade, visando o aspecto psicossocial e orientando a criança a enfrentar as dificuldades do mundo moderno através da educação.

Quadro 1. Continuação

Turmas	Idade	Proposta	Duração	Objetivos
2º Manhã e Tarde	10 a 12 anos	Iniciação esportiva	1h15min	O objetivo é adequar esse período em que a criança começa a aprender de forma específica e planejada à uma prática esportiva que contemple toda a complexidade humana. A criança deve iniciar a prática regular de uma ou mais modalidades esportivas sob orientação, visando dar continuidade a seu desenvolvimento e suas habilidades motoras de forma integral – não implicando em competições regulares, mas em participações pontuais durante o ano.
3º Manhã e Tarde	13 a 15 anos	Aperfeiçoamento esportivo	1h30min	Estimular a criança a experimentar e participar plenamente de ações colaborativas através dos jogos, assumindo um aspecto socioesportivo. O objetivo dessa etapa é introduzir os elementos técnicos fundamentais, táticos e regras através de jogos educativos e atividades esportivas. Essa idade é considerada excelente para o aprendizado. As atividades físicas esportivas a serem oferecidas nessa etapa devem ampliar o repertório motor, os fundamentos básicos dos diversos esportes e estimular os elementos psicossociais nas crianças.

Com o passar dos anos a sociedade evolui e sofre várias mudanças, de modo que todas as áreas de nossa vida – social, familiar e religiosa – têm que se adaptar ao momento e às novas realidades.

A Constituição Federal de 1988 preconiza que as pessoas têm o direito de participar de atividades esportivas e de lazer; é sabido também que é responsabilidade do Estado e dos municípios proporcionar esse tipo de serviço para a população.

As políticas públicas municipais devem efetivar os investimentos e buscar implementar uma estrutura esportiva, devendo canalizar suas potencialidades para ofertar atividades esportivas de qualidade a todos os munícipes, inclusive àqueles com necessidades especiais, sendo tais atividades educacionais ou de participação.

Com essa visão surgiu a necessidade de reestruturar o projeto, antes Escolinha de Esporte, agora com características de inclusão esportiva/educacional. Desse modo, adotou-se a proposta de um atendimento melhor e mais amplo, fazendo com que a filosofia de trabalho estivesse em harmonia com os ideais do governo de Reinaldo Nogueira: “*sua vida melhor ainda*”. Assim, foram feitas várias adequações nas áreas administrativa, didática e pedagógica:

- Ampliou-se a faixa etária dos alunos atendidos para o intervalo de 6 a 17 anos;
- As aulas passaram a ter 50 minutos;
- Estabeleceu-se 15 minutos de intervalo entre as turmas;
- Foram estabelecidos dois encontros semanais, nas terças e quintas-feiras ou nas quartas e sextas-feiras;
- As atividades foram oferecidas no contraturno escolar;
- As divisões de idades por turma ficaram: de 6 a 9 anos, de 10 a 13 anos e de 14 a 17 anos.

Durante a aplicação dessa nova proposta, no segundo semestre de 2012 e no ano de 2013, verificamos que havia poucos alunos na faixa dos 14 aos 17 anos, ao contrário das faixas anteriores, que detinham grande demanda. Devido às oportunidades oferecidas em Indaiatuba de cursos de capacitação e cursos técnicos profissionalizantes para a faixa etária citada, adaptamos as turmas para os seguintes intervalos:

- 6 a 8 anos, correspondente a 52% do número de participantes;
- 9 a 11 anos, correspondente a 42% do número de participantes;
- 12 a 17 anos, correspondente a 6% do número de participantes.

Os conteúdos aplicados para cada modalidade visaram o ensino do esporte não em seu contexto, mas sim enquanto uma ferramenta de apoio educacional, contribuindo para a socialização ética e moral e a

formação de cidadãos. Estes conteúdos foram adequados por faixa etária, trabalhando, além das qualidades físicas básicas, a parte intelectual por meio dos temas transversais (Quadro 2).

Quadro 2. Objetivos das aulas do Projeto Esporte Cidadão (2013/2016)

Turmas	Idade	Horário	Duração	Intervalo	Objetivos
1º	6 a 8 anos	8h15 – 9h05	50 min	15 min	<p>Apresentar as modalidades esportivas para desenvolver habilidades motoras gerais e específicas.</p> <p>Buscar em seus conteúdos a formação da cidadania.</p> <p>Complementar o aspecto socioeducativo por meio dos temas transversais atuais durante as aulas.</p>
2º	9 a 11 anos	09h20 – 10h10	50 min	15 min	
3º	12 a 17 anos	10h25 – 11h15	50 min	15 min	

Após definidas as primeiras mudanças, os professores se reuniram para a elaborar novos planejamentos para cada modalidade, com o objetivo de organizar e padronizar o conteúdo aplicado, de modo que neste novo projeto educacional os professores deixassem seus próprios projetos, atuando agora com uma estruturação de trabalho institucionalizada.

Programa de divulgação e inscrição do projeto

O alinhamento dos objetivos deu início a uma nova era do projeto, o qual precisava de uma boa divulgação não só para aumentar o número de alunos atendidos, como também para que a nova abordagem, agora educativa, atingisse a todos, inclusive os pais e responsáveis.

Empregando os esforços coletivos dos coordenadores, aliados a investimentos em material de divulgação, foi utilizada a seguinte estratégia: um grupo de professores com perfil comunicativo foi dividido em

subgrupos. Estes receberam treinamento especializado para esclarecer e informar crianças, adolescentes e jovens de que nosso município realizava um projeto esportivo/educacional dessa magnitude. Na abordagem exaltou-se a importância de esses conhecimentos atingirem a todos da comunidade, incluindo parentes, amigos e demais munícipes.

O passo seguinte consistiu em divulgar o projeto em todas as escolas municipais, estaduais e particulares de Indaiatuba. Para tanto, acordou-se que em todo início de semestre, a partir de 2013, duplas de professores deveriam percorrer, durante quatro dias na primeira quinzena de fevereiro e agosto de cada ano, todas as salas do município. Os membros das duplas dividiram o conteúdo, com o primeiro professor apresentando as modalidades esportivas e os locais, e o segundo explicando como a ficha deveria ser preenchida e qual o dia e local para a inscrição. Foram visitadas no total 1.220 salas de aulas, contabilizando 35.147 alunos do ensino infantil, fundamental e médio.

Feita a divulgação, foram estabelecidas as datas de inscrição, sempre das 8h às 14h de sábado, quando a criança deveria comparecer com os pais e/ou responsáveis e apresentar a ficha de inscrição, já distribuída durante a divulgação, devidamente preenchida. No dia da inscrição foram designadas pessoas responsáveis para todos os núcleos, utilizando assim todo o *staff* da Secretaria. Este grupo recebeu conhecimentos que lhes permitiram informar a todos sobre a situação geral de vagas, modalidades oferecidas e núcleos, para que, em caso de vagas esgotadas em alguma modalidade, optassem por outro núcleo onde esta seria ministrada. Dois outros importantes instrumentos de divulgação foram os *outdoors* e a cobertura maciça pela imprensa local.

Essas ações, somadas ao esforço gigantesco empreendido por toda a equipe, possibilitou que já em 2013 a meta de atendimento se aproximasse da totalidade, pois as novas propostas do projeto foram divulgadas para um público estimado em mais de 140 mil pessoas.

Programa de inclusão

O Projeto Esporte Cidadão, com suas bases estabelecidas nas novas abordagens educativas, permite que o aluno com necessidades especiais seja inserido em qualquer atividade sem restrições. Os professores e os núcleos esportivos estavam aptos a atender este público devido às

capacitações propiciadas nas reuniões pedagógicas, com garantia de manter a acessibilidade em todos os espaços esportivos sem prejuízo em seu ensino-aprendizagem.

O esporte educacional tem ajudado crianças e adolescentes com necessidades especiais a ampliarem suas habilidades motoras, além de desenvolver alguns aspectos como autonomia, independência, autoestima, confiança, equilíbrio e motivação. Assim, o esporte educacional se torna um importante instrumento da inclusão social e do desenvolvimento das potencialidades do indivíduo.

A Secretaria de Esportes conta em seu projeto com a participação de aproximadamente 50 alunos com limitação intelectual, visual, auditiva ou motora.

Programa de avaliação física

A avaliação física relacionada à saúde de crianças e adolescentes se justifica por vários motivos, dentre eles o fato de diversas doenças crônico-degenerativas possuírem seu período de incubação nestas fases. Além disso, deve-se levar em conta que o desenvolvimento das doenças hipocinéticas e a inatividade estão atreladas ao estilo de vida nesse período, tornando-o ideal para uma intervenção pedagógica no sentido de estimular hábitos e comportamentos de saúde que se mantenham durante o percurso da vida do indivíduo (ROCHA; GUEDES, 2013).

Avaliação física é um processo que nos permite comparar os critérios a serem adotados e quantificar as mudanças de uma pessoa ou de um grupo ao longo do tempo. Sendo assim, a avaliação física é cada vez mais utilizada pela grande maioria dos profissionais que, direta ou indiretamente, trabalham na área de esporte ou saúde. Embora diversos objetivos possam ser citados, os mais comuns são:

- Avaliar o estado do aluno antes, durante e após um programa de atividades físicas;
- Motivar o indivíduo a superar novos desafios;
- Acompanhar o progresso do indivíduo perante o programa de atividade física;
- Detectar falhas no programa de atividades físicas e como eliminá-las;

- Sugerir renovações no programa de atividades físicas;
- Conscientizar o aluno acerca dos conceitos de saúde e atividades físicas para melhor rendimento e qualidade de vida;
- Demonstrar estatisticamente os resultados alcançados.

Para avaliar as capacidades físicas de crianças e adolescentes do Projeto Esporte Cidadão foram utilizados testes padronizados para obtenção de valores estatísticos, que auxiliaram no acompanhamento das capacidades físicas, no processo pedagógico e na obtenção de resultados concretos.

Essas avaliações são, em sua grande maioria, aplicadas com apoio dos coordenadores de área e de departamentos, constituindo-se de sugestões (não obrigações) para os professores, exceto as avaliações de massa corporal e estatura, por estarem relacionadas com as pesquisas socioeconômicas e de saúde pública.

Aplicação da bateria de avaliações físicas do Projeto Esporte Cidadão

O teste de flexibilidade, assim como as medidas de massa corporal e estatura, deve ser feito com os alunos descalços. Sugere-se que estas avaliações sejam realizadas no interior de uma sala preparada para este fim. Para as medidas de estatura, dá-se preferência para a utilização de uma parede lisa, sem rodapé; os demais testes podem ser realizados em ginásios, quadras esportivas, campos etc. As avaliações são apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3. Medidas e testes utilizados no Programa de Avaliação Física

Variáveis	Medidas e testes	Área de intervenção
Estatura	Estadiômetro (trena métrica)	Desempenho motor
Massa corporal (peso)	Balança	Saúde
Índice de Massa Corporal (IMC)	Fórmula matemática	Saúde
Flexibilidade	Banco de Wells	Saúde
Força/resistência abdominal	Exercício abdominal	Saúde

Quadro 3. Continuação

Variáveis	Medidas e testes	Área de intervenção
Força de membros inferiores	Salto horizontal	Desempenho motor
Força de membros superiores	Arremesso da medicinebol	Desempenho motor
Velocidade	20 metros cíclicos	Desempenho motor
Agilidade	4 cones (quadrado)	Desempenho motor
Resistência aeróbia	Correr ou caminhar 1.600 m	Saúde

Instruções para a aplicação da bateria de avaliações físicas do Projeto Esporte Cidadão

Medida da estatura

Material: Estadiômetro ou trena métrica, com precisão de até 2 mm.

Orientação: O avaliado deve estar descalço, com os pés juntos e com as superfícies posteriores dos calcanhares, dos glúteos e da região occipital em contato com a escala. Ele deverá seguir as orientações do plano de Frankfurt, ou seja, a cabeça deverá formar uma linha imaginária que passe abaixo do bordo inferior da órbita e acima do meato auditivo, de modo paralelo ao solo. Em seguida, o avaliado deverá realizar uma inspiração máxima e um bloqueio respiratório (PITANGA, 2005; ROCHA; GUEDES, 2013).

Anotação: A medida da estatura é anotada em centímetros, com uma casa decimal.

Medida da massa corporal

Material: Uma balança com precisão de até 500 g.

Orientação: O avaliado deve ficar em pé, descalço, com os braços ao longo do corpo, de costas para a escala de medidas e com o mínimo de roupas possível (PITANGA, 2005).

Anotação: A medida deve ser anotada em quilogramas, com utilização de uma casa decimal.

Medida do índice de massa corporal

Orientação: Muito utilizado para identificação de sobrepeso, desnutrição e riscos de saúde relacionados ao excesso de peso, o índice de massa corporal (IMC) é determinado pelo cálculo da razão entre a medida de massa corporal em quilogramas e a estatura elevada ao quadrado:

$$\text{IMC} = \text{Massa (kg)} / \text{Estatura ao quadrado (m}^2\text{)}$$

Anotação: A medida deve ser anotada com uma casa decimal.

Teste de flexibilidade (banco de Wells)

Material: Um colchonete e um banco de Wells.

Orientação: O avaliado deve se sentar descalço no colchonete, com joelhos estendidos, pés encostados no final do banco e mãos sobrepostas, e em seguida inspirar fundo e soltar o ar, flexionando o tronco à frente, deslocando os dedos das mãos até a maior extensão possível, e mantendo-se nesta posição até a distância ser marcada.

Anotação: O avaliado terá três tentativas, com 30 segundos de intervalo, para atingir a maior marca, registrando o melhor resultado. A medida da flexibilidade é anotada em centímetros, com uma casa decimal.

Teste de força-resistência (abdominal)

Material: colchonetes de ginástica e cronômetro.

Orientação: O avaliado se posiciona em decúbito dorsal, com os joelhos flexionados a 90 graus e com os braços cruzados sobre o tórax. O avaliador fixa os pés do avaliado ao solo. Ao sinal, o aluno inicia os movimentos de flexão do tronco até tocar com os cotovelos nas coxas, retornando à posição inicial (não é necessário tocar a cabeça no colchonete a cada execução). O avaliador realiza a contagem em voz baixa. O aluno deverá realizar o maior número de repetições completas em 1 minuto.

Anotação: O resultado é expresso pelo número de movimentos completos em 1 minuto.

Teste de força explosiva de membros inferiores (salto horizontal)

Material: Uma trena, fita adesiva e uma linha traçada no solo.

Orientação: A trena é fixada no solo e posicionada perpendicularmente à linha, que é o ponto de partida da escala. O avaliado coloca-se atrás da linha, com os pés paralelos e ligeiramente afastados, joelhos flexionados, tronco ligeiramente projetado à frente e pode utilizar os braços para auxiliar no impulso. Ao sinal, o aluno deverá saltar a maior distância possível. Após a queda, o aluno poderá colocar as mãos no solo para não mover os pés do ponto atingido. Serão realizadas três tentativas, registrando-se o melhor resultado.

Anotação: A distância do salto será registrada em centímetros, com uma casa decimal, a partir da linha traçada no solo até o calcanhar mais próximo desta.

Teste de força explosiva de membros superiores (arremesso da medicinebol)

Material: Uma trena, fita adesiva e uma medicinebol de 2 kg.

Orientação: A trena é fixada no solo, perpendicularmente à parede, de onde parte a escala. O avaliado senta-se com os joelhos estendidos, as pernas unidas e as costas completamente apoiadas à parede, segurando a medicinebol junto ao peito, com os cotovelos flexionados. Ao sinal do avaliador, o aluno deverá lançar a medicinebol à maior distância possível, mantendo as costas apoiadas na parede. A distância do arremesso será registrada a partir do ponto zero até o local em que a bola tocou no solo pela primeira vez, selecionando-se o melhor resultado dentre dois arremessos. Sugere-se que a medicinebol seja banhada em pó branco para a identificação precisa da distância dos lançamentos.

Anotação: A medida será registrada em centímetros, com uma casa decimal.

Teste de velocidade de deslocamento (20 metros cíclicos)

Material: Um cronômetro, quatro cones e uma pista de 20 m com três linhas paralelas no solo, dispostas da seguinte forma: a primeira linha (linha de partida); a segunda, distante 20 m da primeira (linha de cronometragem) e a terceira linha, marcada a um metro da segunda (linha de chegada). A terceira linha serve como referência de chegada para o aluno, na tentativa de evitar que ele inicie a desaceleração antes de cruzar a linha de cronometragem. Dois cones sinalizam a primeira linha e dois sinalizam a terceira.

Orientação: O avaliado se posiciona com o corpo ereto e um pé à frente, imediatamente atrás da primeira linha, ao ser informado que deverá cruzar a terceira linha o mais rápido possível após o sinal do avaliador. O cronometrista acionará o cronômetro no momento em que o avaliado der o primeiro passo (tocando o pé no solo), ultrapassando a linha de partida. Quando o avaliado colocar o pé depois da segunda linha (dos 20 metros), será interrompida a contagem.

Anotação: O cronometrista registrará o tempo do percurso em segundos e centésimos de segundos, com duas casas depois da vírgula.

Teste de agilidade (quatro cones)

Material: Um cronômetro, um quadrado desenhado com 4 m de lado, quatro cones de 50 cm.

Orientação: O avaliado se posiciona com o corpo ereto e um pé à frente, imediatamente atrás da linha de partida. Ao sinal do avaliador, ele deverá correr até o próximo cone, que se encontra na direção diagonal; na sequência, correrá ao cone a sua esquerda, em seguida ao cone da outra diagonal e, finalmente, correrá ao último cone, que corresponde ao ponto de partida. O avaliado deverá tocar uma das mãos em cada um dos cones que demarcam o percurso. O cronômetro deverá ser acionado pelo avaliador no momento em que o avaliado realizar o primeiro passo, tocando o pé no interior do quadrado, e será interrompido quando o aluno tocar o último cone. Serão realizadas duas tentativas, registrando-se o melhor tempo de execução.

Anotação: A medida será registrada em segundos e centésimos de segundo, com duas casas após a vírgula.

Teste de resistência aeróbia (correr/caminhar 1.600 m)

Material: local plano com marcação do perímetro da pista, cronômetro, ficha de registro e trena métrica.

Orientação: O avaliado sairá da linha de partida e percorrerá os 1.600 m no menor tempo possível. O avaliador acionará o cronômetro logo após a saída do avaliado da linha de partida e interromperá o cronômetro após completar o percurso de 1.600 m.

Anotação: Os resultados serão anotados na ficha de registro em centésimos de minuto. Para o cálculo máximo de oxigênio utiliza-se a equação abaixo:

$$VO_2 \text{ máx} = 108,94 - 8,41 (\text{tempo em minutos}) + 0,34 (\text{tempo em minutos})^2 + 0,21 (\text{idade} \times \text{sexo}) - 0,84 (\text{IMC})$$

Onde:

Idade = anos completos; Sexo = 0 (mulheres) e 1 (homens);

Tempo (t) = gasto para percorrer 1.600 m em centésimos de minuto;

IMC = peso dividido pela estatura ao quadrado.

Celebrando a parceria público-privada e a Oned

A Lei do Incentivo, realizada através da Oned para a Secretaria de Esportes, possibilitou contratarmos uma funcionária formada em pedagogia e especialista em psicopedagogia para atuar no Projeto Esporte Cidadão. Essa especialista, além de apoiar a coordenação na gestão administrativa nos esportes individuais e coletivos, também acompanha o desempenho dos alunos durante as atividades do Projeto Esporte Cidadão quando solicitado pelo professor, auxiliando o departamento pedagógico da Secretaria de Esportes nas intervenções e na condução das aulas.

Ter o apoio de um profissional especializado em psicopedagogia é fundamental, pois constitui um grande reforço na equipe multidisciplinar do Projeto de Esporte Educacional. Essa contratação ampliou a capacidade de diagnosticar os fatores que afetam a aprendizagem positiva e negativamente, de modo que eles sejam discutidos e readequados

para proporcionar efetivamente às crianças um programa esportivo que as auxilie nos aspectos sociais e educativos.

Temas transversais: uma ferramenta para educação

*Heleno da Silva Luiz Junior
Luiz Guilherme Bergamo
Rafael de Oliveira e Silva*

No ensino formal, tópicos como ética, meio ambiente, saúde, pluralidade cultural, orientação sexual e temas locais constituem, em geral, os denominados temas transversais, que dada sua importância, podem e devem ser trabalhados conjuntamente na formação do aluno. Assim, visando contribuir com as discussões curriculares por meio do esporte, os temas transversais foram incluídos nas aulas do Projeto Esporte Cidadão.

Esses temas permitem trabalhar conceitos e valores fundamentais no período de desenvolvimento de crianças e adolescentes, como democracia, cidadania e outros tópicos que, além de presentes de várias formas no cotidiano das pessoas e nos mais variados ambientes, são urgentes e necessários nos debates atuais da sociedade brasileira. Eles abordam assuntos amplos que traduzem nossas principais reflexões e questionamentos acerca da sociedade contemporânea, buscando desenvolver o senso crítico através do confronto de opiniões, mas com tolerância às diferenças entre os variados grupos sociais.

Ao debaterem assuntos como ética, meio ambiente, saúde, pluralidade cultural e orientação sexual durante as aulas, os professores podem usar acontecimentos do dia, no caminho para aula ou durante a própria aula como elementos de trabalho, contextualizando os temas transversais de acordo com as turmas.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), estes tópicos têm como objetivo a construção social, de modo que as pessoas desenvolvam a consciência da realidade social, dos direitos, das responsabilidades, da vida individual, coletiva e ambiental. Dado que a Secretaria de Esportes tem o mesmo objetivo de auxiliar a educação escolar no que diz respeito ao aspecto social, afetivo e na educação familiar dos alunos, os participantes do programa são orientados pelos professores nos seguintes temas:

- *Ética*: os participantes do projeto conhecerão os conceitos de justiça baseados na construção de uma sociedade mais humana e igualitária, adotando práticas de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças sociais, discutindo a moral vigente, os valores da sociedade atual e em que medida eles podem ou devem ser mudados.
- *Meio ambiente*: os participantes do projeto aprenderão as noções básicas sobre a natureza e a conservação ambiental, percebendo de forma crítica as relações das pessoas com o meio ambiente e o mundo.
- *Saúde*: os participantes do projeto entenderão que a saúde é um direito de todos, que ela depende da prevenção dos fatores de risco e que as pessoas necessitam adotar hábitos de vida saudáveis para terem uma melhor qualidade de vida.
- *Pluralidade cultural*: os participantes do projeto entenderão a diversidade cultural no território brasileiro, reconhecendo-a como um direito dos povos e aprendendo a não tolerar nenhuma forma de discriminação por raça, classe, crença, religião ou sexo.
- *Orientação sexual*: os participantes do projeto aprenderão, numa perspectiva social, o respeito às diversidades de comportamento sexual das pessoas, garantindo assim a integridade e a dignidade do ser humano no que diz respeito à expressão de seus sentimentos afetivos.
- *Temas locais*: os participantes do projeto atentarão aos acontecimentos no Estado, na cidade e na escola, de modo a trabalhar durante as aulas os assuntos que lhes dizem respeito diretamente, tais como trânsito, segurança, espaços públicos etc.

Programa de festivais

Os festivais realizados pelo Projeto Esporte Cidadão são uma forma de presentear as crianças e adolescentes com um grande evento esportivo pela participação e frequência nas aulas. Os jovens que fizeram parte do projeto, mesmo iniciando no meio do semestre ou no mês do festival, recebem uma medalha de premiação. Como o projeto não é seletivo e objetiva a promoção da formação integral, essa ação é uma forma de atrair a criança para participar do projeto assiduamente.

Estas atividades são organizadas de três formas, podendo ser:

- Com as turmas de uma modalidade do núcleo, independentemente da idade;
- Com as turmas de diversas modalidades do núcleo e com a mesma faixa etária;
- Com turmas da mesma modalidade dos diversos núcleos.

Isso possibilita a interação entre jovens do mesmo núcleo e/ou de núcleos de outros bairros, permitindo que eles se desenvolvam socioafetivamente através do Projeto Esporte Cidadão.

Esse evento acontece duas vezes ao ano. O primeiro festival acontece no final do primeiro semestre, quando os alunos participam das atividades propostas e os professores do Projeto entram em recesso por dez dias de descanso. O segundo festival acontece no final do segundo semestre, encerrando o ano esportivo, e os professores e coordenadores entram em férias.

Pesquisa de satisfação

Desde a criação do Projeto Esporte Cidadão houve uma preocupação com os impactos que teria na sociedade. Pensando nisso, elaboramos alguns itens para o contexto do projeto que influenciariam diretamente nos jovens e em seus familiares.

Um dos pontos é o controle da frequência dos alunos, que informaria sobre a evasão destes. Calcula-se a evasão pelo controle mensal da frequência dos alunos matriculados, comparando-o mês a mês para obter o saldo de alunos e a evasão do programa.

Outro ponto importante foi uma pesquisa de satisfação sobre os seguintes itens:

- Melhoria da autoestima;
- Motivação para participação no programa;
- Melhoria do rendimento escolar;
- Formação de caráter social;
- Infraestrutura dos núcleos;
- Segurança e conhecimento do conteúdo trabalhado com os alunos pelos professores.

Uma das ferramentas utilizadas para mensurar a qualidade do Projeto Esporte Cidadão foi um questionário aos pais dos alunos inscritos no projeto, respondido anonimamente para que quantificássemos os resultados obtidos em números percentuais.

O questionário foi constituído de dez perguntas, sendo quatro delas sobre assuntos administrativos, duas sobre estrutura física dos núcleos e quatro sobre aspectos pedagógicos:

1. Seu(sua) filho(a) se sente motivado(a) a participar das aulas?
() sim () não
2. Ele(a) consegue aprender durante as abordagens temas transversais (como educação, saúde, ética e sociedade)?
() sim () não
3. Quanto ao material utilizado nas aulas, ele pode ser considerado:
() ótimo () bom () regular () insatisfatório
4. O(a) professor(a) consegue transmitir segurança e conhecimento sobre o conteúdo aplicado?
() sim () não
5. O espaço (quadra, campo, piscina, sala, pista) está em boas condições de uso?
() ótimo () bom () regular () insatisfatório
6. Está satisfeito(a) com o atendimento recebido pelo professor?
() sim () não
7. Na área administrativa, consegue ter as informações necessárias para as suas dúvidas?
() sim () não
8. Em sua opinião, o programa atende suas expectativas em relação às aulas?
() sim () não
9. O horário de aula é sempre respeitado pelo professor?
() sim () não
10. Houve melhora no rendimento escolar após o aluno se iniciar no projeto?
() sim () não

Essa pesquisa é aplicada nos meses de março e setembro de cada ano para obter informações, visando possíveis alterações da direção a ser tomada de acordo com os aspectos abordados.

Como essa pesquisa busca avaliar nosso serviço, colocamos um texto padrão para que os pais saibam, de forma simples e objetiva, as finalidades dela e de nossa proposta de trabalho. A seguir, o texto do cabeçalho do questionário expedido pela Secretaria de Esportes aos pais e/ou responsáveis pelos alunos participantes do projeto:

No intuito de avaliarmos os serviços oferecidos pela Secretaria de Esportes, pedimos sua contribuição nesta pesquisa para melhorarmos nosso trabalho. Gostaríamos de informar que o projeto tem caráter formativo e educacional, privilegiando não apenas os movimentos técnicos e as regras estabelecidas pelo esporte. Nosso objetivo é estimular o aprendizado do aluno pelo aspecto lúdico em suas atividades, enquanto ferramentas para contribuir com a educação, a formação do caráter e o convívio social harmonioso. Não há necessidade de identificação. Responda apenas uma opção de cada questão. No final, se quiser, deixe sua sugestão ou crítica.

No capítulo “O Projeto Esporte Cidadão e os trabalhos acadêmicos” apresentaremos os dados obtidos nas intervenções realizadas pela Secretaria de Esportes.

OUTROS SEGMENTOS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

*Heleno da Silva Luiz Junior
Humberto Aparecido Panzetti
Rafael de Oliveira e Silva
Rubens Pantano Filho*

Departamento de Alto Rendimento

Durante anos o Departamento de Alto Rendimento buscou melhores rendimentos em competições como os Jogos Regionais e os Jogos Abertos do Estado de São Paulo.

As competições regionais e as demais estaduais sempre foram encaradas como secundárias, pois as modalidades competitivas disputadas durante o ano serviam para manter a competitividade das equipes e o ritmo de jogos, para que, no momento dos jogos regionais e abertos, as equipes apresentassem boa performance.

No ano de 2013, com a mudança de visão estratégica da gestão do esporte de Indaiatuba e das regras dos Jogos Regionais e Abertos, foram adotadas algumas normativas em relação ao desenvolvimento desportivo no município.

A primeira ação foi oportunizar as disputas nessas competições se o atleta residisse em Indaiatuba e treinasse semanalmente com a equipe que representava o município na modalidade.

A segunda estabeleceu um decreto de modo que os interessados deveriam obrigatoriamente se enquadrar nos critérios estabelecidos pela Portaria nº 164 de 6 de outubro de 2011, do Ministério do Esporte. Um dos pontos mais relevantes desse Decreto estipula que o atleta esteja entre os três primeiros colocados em campeonatos internacionais, nacionais

ou regionais no ano anterior (ou ter índice para tal comprovado por Federações e Confederações), apresentar resultados classificatórios e residir em Indaiatuba.

Foi estabelecido um período do ano para que os atletas fizessem o requerimento da Bolsa Atleta, apresentando os seguintes documentos:

- Cópia do documento de identidade;
- Cópia do número de inscrição no CPF;
- Declaração da entidade de prática esportiva (clube que está atuando);
- Comprovante de endereço;
- Declaração da entidade nacional de administração do desporto (confederação) da respectiva modalidade, atestando que: o atleta está regularmente inscrito na instituição, mantém vínculo com a respectiva entidade estadual de administração do desporto, participou e obteve a primeira, segunda ou terceira colocações em competição esportiva de âmbito nacional ou internacional no ano imediatamente anterior àquele em que o atleta pleiteia a concessão do benefício.

Os pedidos de Bolsa Atleta nas categorias regionais foram feitos com a descrição da modalidade e a colocação, sendo a comprovação obtida através do boletim dos Jogos Regionais.

Esse modelo ajudou a Secretaria de Esportes a monitorar os beneficiários da Bolsa regional, permitindo ao coordenador dos esportes de alto rendimento verificar se os atletas realmente obedeciam os critérios exigidos.

A proposta da Bolsa Atleta fez que as equipes de Indaiatuba buscassem se aperfeiçoar pelo treinamento para conseguirem resultados no ano corrente e serem premiadas no seguinte. Assim, o município se manteve na 1ª divisão dos Jogos Regionais e conseguiu a melhor colocação no quadro de medalhas de sua história na competição.

Programas de aperfeiçoamento

O Departamento de Aperfeiçoamento oportuniza a crianças e adolescentes participarem de competições regionais, de acordo com o destaque nas habilidades motoras dos alunos que participam do Projeto

Esporte Cidadão. Ele também auxilia o aluno na transição do Projeto Esporte Cidadão para o esporte de alto rendimento, adaptando-o às cargas de treinamento, ao volume e à intensidade das sessões de preparação.

Atualmente, na Secretaria de Esportes existem as equipes de natação, judô, ginástica rítmica, futsal e ginástica artística, que treinam por duas horas por dia, três vezes por semana. Nessas equipes, o treinamento aplicado pode ser descrito como uma iniciação esportiva para que o aluno aperfeiçoe seus movimentos específicos de acordo com modalidade praticada.

Os objetivos dessa prática são desenvolver o organismo da criança e/ou do adolescente para suportar esforços superiores e suas capacidades físicas de acordo com o período sensível da faixa etária, vivenciar todos os fundamentos técnicos da modalidade esportiva e, eventualmente, participar de disputas amistosas municipais e regionais.

Desta forma, podemos organizar o treinamento em estágios nos quais os profissionais de Educação Física envolvidos aperfeiçoem as capacidades técnicas, físicas e táticas dos alunos, introduzindo este treinamento desportivo na organização das atividades cotidianas da criança ou do adolescente.

Nesse período, os alunos já começam ser exigidos nas capacidades físicas, técnicas e táticas, colocando situações para que o aspecto socioesportivo e as estratégias em grupos sejam aplicadas nos jogos pré-competitivos e nas competições.

Para as equipes são propostas as seguintes orientações sobre o processo de preparação, que devem ser observadas de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1. Objetivos de cada preparação

Fase da preparação	Idade	Objetivos
Iniciação desportiva	8 a 9 anos	Aquisição de habilidades motoras com jogos pré-competitivos de regras adaptadas.
Aperfeiçoamento desportivo	10 a 11 anos	Aplicar as habilidades motoras adquiridas na fase anterior em jogos, com ênfase no aspecto socioesportivo, de modo que os participantes cumpram ações pré-determinadas e de aspectos técnicos, táticos e as regras já implantadas.

Quadro 1. Continuação

Fase da preparação	Idade	Objetivos
Introdução ao treinamento desportivo	12 a 13 anos	Aperfeiçoar o condicionamento físico e intelectual pelo treinamento das capacidades físicas, técnicas e táticas individuais e coletivas.

Departamento de Lazer e Participação

Após a Revolução Industrial, em decorrência da estruturação de um modelo de produção iniciado nas fábricas no final do século XVIII, os horários de entrada, almoço e saída foram agregados ao dia de trabalho dos funcionários, estabelecendo normativas para a jornada de trabalho. Desta forma, a folga dos trabalhadores destinou-se a afazeres da casa, cuidar dos filhos, resolver problemas do dia a dia e prática de atividades de lazer e atividades físicas regulares.

No Brasil, esse assunto recebeu maior atenção por volta dos anos 1960 e 1970, quando a área de participação ou lazer estruturou-se nas pesquisas acadêmicas, tornando-se um campo de negócios promissor (até aquele momento pouco explorado) e também um direito da população em receber uma contrapartida de seu município (serviços de promoção à saúde e qualidade de vida).

Durante muito tempo a sociedade não valorizou a prática de atividades físicas e de lazer, dando atenção somente ao trabalho e esquecendo que os momentos de lazer beneficiam o ser humano em sua produtividade no trabalho, no convívio social e familiar, fatores fundamentais para a qualidade de vida da população.

O trabalho é muito importante para o ser humano. No entanto, atualmente, o lazer é visto pela sociedade com o mesmo grau de importância, pois possibilita além da promoção da saúde, convívio social, independência para atividades diárias, melhora do humor, diminuição da insônia e maior qualidade de vida (MELO; BRÊTAS; MONTEIRO, 2009).

A Secretaria de Esportes de Indaiatuba oferece atividades físicas orientadas para a população com idade acima de 16 anos, contando com dez modalidades, divididas em 14 núcleos esportivos: hidroginástica para adultos (entre 16 e 59 anos) e terceira idade (acima de 60 anos), natação,

condicionamento físico, ginástica para adultos e terceira idade, alongamento, musculação, jump (tipo de ginástica), aikido (tipo de luta), muay thai e voleibol feminino.

O Projeto de Participação e Lazer da Secretaria de Esportes aborda em suas aulas conteúdos como o desenvolvimento de hábitos saudáveis, a prática constante de atividades físicas, sua importância para a prevenção de lesões e o risco à saúde do sedentarismo. Ao aplicar nas aulas atividades adequadas à faixa etária e ao nível de condicionamento físico, o professor pode avaliar o nível de performance dos alunos e empregar métodos e procedimentos que ajudem na prevenção de lesões na prática regular de atividades físicas.

Os testes físicos indiretos, utilizados para mensuração da performance, aplicados em participantes de projetos esportivos têm sido uma forma de baixo custo para caracterização da população avaliada, e também um bom direcionamento para as atividades físicas desenvolvidas. Os componentes do Quadro 2 sugerem medidas e avaliações a serem aplicadas com alunos participantes de projetos esportivos na área de lazer.

Quadro 2. Sugestão de testes físicos

Sugestão de testes físicos para o departamento de participação	
Componentes morfológicos	Estatura
	Massa corporal
	IMC
Componentes motores	Flexibilidade
	Força muscular
	Resistência muscular geral
Componentes cardiorrespiratórios	Capacidade aeróbia Aferição de pressão arterial
Componentes metabólicos	Exame de glicemia
	Exame de colesterol

Fonte: Adaptado de Oliveira e Arruda (2000)

Para cada componente apresentado no Quadro 2 existem especialidades na área da saúde responsáveis por sua coleta, seu diagnóstico e sua avaliação.

Compete aos profissionais de Educação Física avaliar os resultados dos componentes morfológicos, motores e cardiorrespiratórios para preservar o tipo de atividade ou exercício físico adequado aos seus alunos.

Proposta de testes físicos para o Departamento de Lazer e Participação

Os testes para avaliação física, de acordo com Pitanga (2007), são os seguintes:

Estatura

Para medida da estatura utiliza-se um estadiômetro vertical de madeira, com 210 cm de comprimento e escala de 0,1 cm.

Massa corporal

Para a medida da massa corporal utiliza-se uma balança de plataforma da marca Filizola, com capacidade para 120 kg.

Flexibilidade no banco de Wells

Utiliza-se uma caixa de madeira com régua graduada em centímetros. A escala deve ser situada 23 cm acima do nível dos pés.

O avaliado deve estar sentado, descalço, com as pernas completamente estendidas (o avaliador poderá segurar os joelhos do executante), afastadas 5 a 7 cm da parte interna da perna oposta, a planta dos pés apoiada na caixa e os pés afastados um do outro à largura dos ombros. A caixa deve estar encostada a uma parede ou a qualquer superfície vertical sólida. A partir desta posição e com os membros superiores estendidos, o aluno executa lentamente uma flexão do tronco sem insistências, mantendo os dois dedos indicadores unidos e sobrepostos, apoiando a superfície plana da caixa. O avaliado deve procurar atingir a máxima distância possível sem flectir os joelhos e permanecer nessa posição durante pelo menos dois segundos.

São permitidas duas tentativas separadas por aproximadamente 30 segundos. A leitura é feita em centímetros. O resultado considerado é o

melhor dos obtidos nas duas tentativas, aproximado sempre à unidade (cm) superior. Para que os resultados possam ser considerados é necessário que as duas mãos alcancem simultaneamente o ponto mais distante.

Teste de força muscular

O teste pode ser realizado na sala de musculação com aparelhos que ativem grandes grupos musculares, como *leg press*, supino e remada costas. Havendo predisposição para realizar o teste em outros exercícios, cabe ao professor verificar essa possibilidade.

O avaliador, através do método de ensino-aprendizagem visual, demonstra para o aluno a execução do exercício e orienta-o a executar dez repetições com uma carga subjetiva. Terminado o exercício, o avaliador deve perguntar para o aluno sobre a intensidade da carga realizada; caso a carga seja inferior à capacidade do aluno, o avaliador deve acrescentar 3 a 5 kg de peso, oferecendo três minutos de descanso antes de o aluno iniciar uma nova tentativa.

Teste de flexão de braço

O teste se inicia com o avaliado na posição de quatro apoios, com pernas, quadril e costas totalmente alinhados, mãos apoiadas no chão na largura dos ombros e cotovelos esticados. Ele deve flexionar os cotovelos e estendê-los até que os braços fiquem esticados, voltando à posição inicial, sempre com o corpo alinhado e sem tocá-lo no chão. Caso não consiga ficar na posição descrita acima, o avaliado pode colocar os joelhos no chão ficando na posição de seis apoios.

O aluno deve executar quantas repetições conseguir no período de um minuto, sem pausas. É importante que o avaliador ensine previamente a “flexão de braço” ao avaliado, que deve executar pelo menos duas a três repetições para que vivencie o exercício.

Teste abdominal

O aluno deve se deitar em decúbito dorsal (de costas) no colchonete, com joelhos flexionados em 90 graus, planta dos pés encostada no solo, pés fixados no chão com a ajuda do avaliador e mãos posicionadas na

nuca. O aluno deverá fazer a flexão abdominal até encostar os cotovelos, posicionados junto ao peito, nos joelhos, voltando à posição inicial até que as costas toquem o solo novamente. O avaliador deve contar quantas repetições o aluno executará em um minuto. O aluno pode descansar entre as repetições caso não consiga executá-las ininterruptamente, e deve aprender o movimento por, no máximo, três tentativas antes do teste.

Resistência aeróbia

O avaliado deverá correr ou andar ininterruptamente durante 12 minutos, sendo registrada a distância total percorrida. Recomenda-se marcar as distâncias em intervalos definidos com cones ao redor da pista para facilitar a visualização e a medição da distância percorrida pelo avaliado. Com base na distância percorrida em quilômetros, estima-se o VO_2 máx. por meio da seguinte equação matemática:

$$\text{Fórmula: } VO_2 \text{ máx. (ml/kg/min)} = (22.351 \times \text{distância em km}) - 11.288.$$

Inscrições para participação no programa

O professor possui uma lista de chamada para controle da frequência dos alunos de cada turma, que possui uma quantidade de vagas recomendada pelo coordenador baseada no espaço físico e no tipo de atividade disponíveis. Quando o número de alunos está inferior à quantidade recomendada, são ofertadas as vagas remanescentes para a comunidade na primeira semana de cada mês.

Parceria com a rede de Secretaria de Saúde

Os municípios atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) que necessitam praticar atividades físicas para contribuir na recuperação ou manutenção da saúde também podem ser atendidos pela Secretaria de Esportes. Nesse caso, o interessado deve entrar em contato com a coordenadoria do departamento da Secretaria, portando o documento que descreve a patologia. Após a verificação do estado de saúde por meio do relatório médico apresentado, o coordenador aciona o professor que

receberá o aluno e o direcionará para a atividade física condizente a sua performance.

Confraternização

Ao final de cada ano, os alunos realizam uma comemoração de encerramento do ano esportivo em um baile com jantar para todos os participantes do programa de lazer: professores, alunos e funcionários da administração da Secretaria de Esportes.

Departamento da Terceira Idade

Projeto Envelhecer Bem

O Projeto Envelhecer Bem é promovido pela Prefeitura de Indaiatuba por meio do Fundo Social de Solidariedade (Funssol) e da Secretaria de Esportes, com apoio da Secretaria de Saúde e Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura (Fiec), e teve início em julho de 2011. Seu objetivo é proporcionar melhor qualidade de vida para as pessoas da terceira idade através de sessões de musculação e aulas de hidroginástica para melhoria do desempenho, de modo a amenizar as perdas funcionais e morfológicas decorrentes do processo de envelhecimento.

A atividade física contribui no aspecto psicossocial, diminui o estresse, promove a interação social, melhora a confiança e a autoestima, traz maior independência nas atividades diárias e contribui para a melhora da saúde e da qualidade de vida na terceira idade. Enides Nogueira Lopes Cruz, presidente do Funssol, enfatizou que muitos projetos desenvolvidos pelo Fundo buscam contribuir para a saúde e qualidade de vida dos munícipes da terceira idade.

As aulas de musculação e de hidroginástica são oferecidas duas vezes por semana e possuem uma hora de duração, sendo todos os exercícios específicos para cada aluno e adequados a seus objetivos e características, com métodos que auxiliam na melhora das patologias indicadas por atestados médicos.

Além dos exercícios físicos, o projeto também busca proporcionar aos integrantes de grupos de terceira idade atividades de estímulo à

memória, palestras educacionais, diálogo intergeracional, abordagem relacional, interação ecológica, reflexão existencial, lazer, socialização, interação entre os grupos, encontros temáticos, incentivo ao voluntariado, conhecimento de recursos socioassistenciais, atividades voltadas ao conhecimento do corpo e a beleza existente no envelhecer com qualidade de vida. Com isso, foram elaborados diversos projetos para o grupo da terceira idade.

Projeto Vida Feliz

Criado por demanda, o projeto consiste na realização de atividades com grupos de terceira idade coordenados pelo Funssol mediante diagnóstico de interesse de cada grupo.

Público-alvo: grupos de terceira idade.

Número de participantes: 680 pessoas.

Projeto Temático

Consiste em eventos de interação entre os grupos de terceira idade existentes no município, utilizando-se das principais datas do calendário oficial do município: Carnaval, Dia das Mães, Festa Junina, Dia dos Pais, Primavera e Natal. O objetivo é valorizar a importância da experiência através dessas atividades de lazer.

Público-alvo: grupos de terceira idade.

Número de participantes: 1030 pessoas.

Projeto Miss Terceira Idade

Busca valorizar a beleza desta faixa etária, com incentivo à autoestima da mulher. Além de minimizar o preconceito referente ao envelhecimento existente na sociedade, é também um fator relevante para a saúde física e psicológica. O projeto conta com a participação dos 13 grupos de terceira idade do município, em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura.

Público-alvo: terceira idade.

Número de participantes: varia a cada edição.

Projeto Acqua Vitae

Compreende atividades de hidroginástica bastante prazerosas para os participantes, com objetivos preventivos e profiláticos para essa faixa etária, promovendo a reflexão sobre os males do sedentarismo e destacando também o caráter de socialização e lazer.

As atividades são oferecidas em 12 turmas com 27 participantes cada, em parceria com a Secretaria Municipal de Esportes.

Público-alvo: grupos de terceira idade.

Número de participantes: 324 pessoas.

Projeto Beija-flor

Este projeto tem como objetivo a confecção de fraldas geriátricas descartáveis como ação de apoio à qualidade de vida do idoso enfermo de baixa renda. As atividades são desenvolvidas em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social, e assistem 110 usuários, com uma produção mensal de 3.300 unidades. Com sua expansão, iniciou-se a confecção de fraldas infantis para as crianças das creches municipais.

A CRIANÇA E O ESPORTE

A infância vista pela sociedade no contexto histórico

Aline Nunes de Moraes Matheazzo
Débora Tomazelli
Jacqueline Rominho da Conceição de Moraes
José Eduardo Vieira da Silva
Lara Magalhães Campos
Valnélia dos Santos
Vinicius José Campos Lopes

A inserção da atividade física na educação infantil e a produção de conhecimento voltada a ela não são recentes. No Brasil, desde o século XIX verificamos a existência de debates sobre o papel da educação/atividade física – então denominada ginástica – nas instituições educacionais para crianças de até seis anos de idade. Entretanto é perceptível que, mesmo após todos esses anos de pesquisas, a ideia de infância no contexto pedagógico continua, de forma geral, dotada de significações ideológicas (CHARLOT, 1983).

Segundo Araújo (1996), a criança vem sendo, ao longo dos anos, submetida a um processo de expropriação de sua condição de ser humano e sujeito de relações sociais, causando sua alienação e fragmentação.

Isso nos permite afirmar que na sociedade atual temos uma concepção generalizada de infância abstrata, desvinculada das condições objetivas de vida, vista como etapa preparatória para a vida adulta, em que a criança como um vir-a-ser é analisada do ponto de vista de uma “natureza infantil”.

Para compreendermos a constituição do conceito de infância, precisamos recuperar as transformações ocorridas na sociedade de acordo com o modo de produção. As mudanças no trato para com as crianças foram oriundas da transformação da família em decorrência das modificações produtivas e estruturais na sociedade.

No período medieval não existia a concepção de infância. Para Kramer (1995), a consideração concreta da criança na família e na sociedade apareceu mais tarde, com a sociedade capitalista, na medida em que mudaram a inserção e o papel social da criança na comunidade. Já Faria (1999) descreve que a partir daí a infância ganhou o status de categoria peculiar do social, em que a criança passou a ser vista como uma figura da coletividade, dotada de necessidades próprias, merecedora de atenção e intervenções educativas condizentes.

Somente a partir do século XVI, com o início das descobertas científicas que provocaram o prolongamento da vida, a mortalidade infantil começou a diminuir, ao menos nas classes dominantes (KRAMER, 1995). Dessa forma, até aquele momento a infância era entendida como um curto período e à criança só eram dispensadas atenções especiais no momento em que ela era mais frágil e necessitava dos cuidados efetivos de um adulto. Esse sentimento superficial foi denominado “paparicação”. A criança, em seus primeiros anos de vida, era tratada como um objeto querido, um bichinho de estimação, uma “coisinha engraçadinha”. Assim que passasse desta fase, ela logo participava de todas as atividades dos demais membros da família, sendo tratada como um adulto em miniatura.

A partir do século XVII, com a mudança no modo de produção, a criança passou a ser vista como fator preponderante para a aquisição e manutenção dos bens familiares ou, se não pertencesse a uma família de posses, deveria ser educada para o trabalho. A família de posses passou a preocupar-se com a instrução de seus filhos para que viessem a ocupar seu lugar na herança do patrimônio familiar. Isso configurou o surgimento de um outro tipo de sentimento para com a infância: a “moralização”. A criança, nesse contexto, passou a ser vista como um

ser imperfeito e incompleto, necessitando assim ser moralizada através da educação feita pelo adulto.

Com a mudança do pensamento sobre a infância, surgiu uma série de ideologias pedagógicas que estruturavam a educação da criança na sociedade moderna com as mais variadas concepções de mundo e de inserções do infante nesta realidade. Segundo Gadotti (1999), o iluminismo educacional representou o fundamento da pedagogia burguesa e, nesse contexto, as vertentes explicativas da infância caminharam nesta direção. Kuhlmann Júnior (1998) chama a atenção para o fato de que tais interpretações supõem, erroneamente, um sentido unidirecional para o desenvolvimento do sentimento de infância, das classes mais altas para as populares – visão esta dotada de preconceito em relação às classes subalternas, desconsiderando sua presença no contexto das relações sociais. As fontes de pesquisa disponíveis geralmente têm favorecido os setores dominantes e sugerido que estes foram os responsáveis pela promoção do respeito à criança. Mas, para o autor, se por um lado é difícil encontrar registros da vida privada da infância das classes populares, por outro existe um grande acervo público do atendimento a elas no âmbito assistencialista fundamentado em documentos. Ou seja, a história da infância burguesa, contada como oficial, perpassou as instituições educacionais, enquanto a infância das classes populares passou pela história das instituições assistencialistas. E isso parece ter reforçado historicamente a escamoteação da realidade social, fato que tem interferido significativamente nos contextos educativos para a infância.

A infância e a Educação Física brasileira

Aline Nunes de Moraes Matheazzo

Débora Tomazelli

Jacqueline Rominho da Conceição de Moraes

José Eduardo Vieira da Silva

Lara Magalhães Campos

Valnélia dos Santos

Vinicius José Campos Lopes

O pensamento da atividade física destinado às crianças no Brasil centrou-se no desenvolvimento teórico-educacional infantil, seguindo

a abordagem que determinado sistema de ensino e/ou unidade escolar independente adota. Observou-se no decorrer dos anos que instituições públicas e privadas de caráter esportivo passaram a se dedicar ao tema com o intuito de iniciação esportiva ou promoção da atividade física, caracterizando um ecletismo sobre o tema.

A preocupação da Educação Física com a educação infantil não é algo recente. A ginástica, ainda no século XIX, era utilizada para “domar” os corpos – no contexto da educação moral e corporal – das crianças “pequenas”, especialmente, aquelas que frequentavam as instituições de caráter assistencialista, destinadas às classes populares (KUHLMANN JÚNIOR, 1998).

Nas primeiras décadas do século XX percebemos nas produções a preocupação com a Educação Física, especialmente no que diz respeito a seu papel no desenvolvimento cognitivo das crianças. A criação dos parques infantis em São Paulo na década de 1930 visava contribuir para a formação higiênica das crianças de 3 a 12 anos de idade da classe trabalhadora, e com isso a Educação Física foi enfatizada na perspectiva da recreação. A partir da década de 1970, a psicomotricidade adentrou esse cenário pedagógico. Percebemos que, desde então, o discurso da Educação Física, especificamente quanto a suas finalidades na educação infantil, tem buscado nela seu respaldo. Na perspectiva da “formação integral”, os estudos acerca do desenvolvimento e da aprendizagem motora também foram incorporados.

No início da década de 1980, a psicomotricidade passa a ter grande influência no desenvolvimento infantil sob a perspectiva da Educação Física. A principal finalidade da educação psicomotora é aprimorar, por meio de ações pedagógicas, todas as potencialidades da criança, objetivando assim o equilíbrio biopsicossocial e opondo-se ao espontaneísmo e recreacionismo. A base teórica da psicomotricidade resulta numa perspectiva idealista, em geral alheia aos fatores sociais e, apesar de criticar o dualismo corpo-mente, na realidade este só assume outra “qualidade”, na medida em que a relação entre cognição, motricidade e afetividade não desaparece.

Ao final da década de 1980 também ganha força a Educação Física voltada para o desenvolvimento motor, com elementos da psicomotricidade, cujas produções também apontam perspectivas para a pré-escola.

Guiselini (1997) afirma que o programa de Educação Física pré-escolar deve estar prioritariamente voltado para a estimulação das capacidades perceptivas e motoras. O movimento é considerado o primeiro “facilitador” do desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor da criança, reforçando o caráter do aprender pelo movimento – como se o fato de simplesmente movimentar-se, desconsiderando as reais condições e características das crianças, pudesse por si só promover a “saúde”. Podemos afirmar que se trata de uma abordagem instrumental do movimento humano, que considera a criança como ser treinável, cabendo o adestramento à Educação Física.

Na linha denominada desenvolvimentista, a Educação Física ou a atividade física programada é enfatizada no sentido de promover a aquisição de habilidades básicas que contribuam para o desenvolvimento motor da criança. Ao priorizar o desenvolvimento humano por essa ótica, a perspectiva desenvolvimentista desconsidera, por exemplo, que a criança do proletariado e a criança da burguesia não vivenciam suas infâncias de maneira semelhante.

Ferreira Neto (1995), sob a influência da corrente comportamentalista e realçando os jogos como meio de aprendizagem, enfatiza a atividade motora como estímulo ao desenvolvimento, especialmente as atividades físicas e esportivas por meio de elementos lúdicos. A abordagem comportamentalista se caracteriza pelo destaque dado à influência de fatores externos, do ambiente e da experiência sobre o comportamento das crianças (estímulo-resposta). Nesse contexto, a educação deve utilizar de “reforçadores” – elogios, prêmios etc.

A consolidação de quaisquer propostas de educação infantil deve fortalecer uma concepção de criança que a considere como ser humano completo em desenvolvimento, um ser histórico e social, inserido em uma determinada realidade e cultura. Um projeto de Educação Física – atividade física para a educação infantil – deve superar o discurso “pobre” do desenvolvimentismo, focando a dimensão lúdica do movimento humano – em que o movimento, a linguagem e a expressão lúdica estejam no centro das discussões, possibilitando às crianças efetivarem-se como sujeitos de suas aprendizagens.

Desenvolvimento, desenvolvimento motor infantil e psicomotricidade

Aline Nunes de Moraes Matheazzo

Débora Tomazelli

Jacqueline Rominho da Conceição de Moraes

José Eduardo Vieira da Silva

Lara Magalhães Campos

Valnélia dos Santos

Vinicius José Campos Lopes

Desenvolvimento

Quando se fala em crescimento, pensa-se em aumento de peso, de estatura e em outras mudanças tanto estruturais quanto orgânicas da constituição física do indivíduo. No entanto, o termo “desenvolvimento” é muito mais amplo e complexo.

De acordo com a psicologia do desenvolvimento (JOSÉ; COELHO, 2004, p. 10), a hereditariedade, o ambiente, a maturação e a aprendizagem são fatores do desenvolvimento. Isto significa que, para determinar este processo em todas as suas fases, as condições estruturais e orgânicas atuam simultaneamente com os estímulos ambientais.

Maturação

Maturação é o desenvolvimento das estruturas corporais, neurológicas e orgânicas, abrangendo padrões de comportamento resultantes da atuação de algum mecanismo interno. A maturação conduz ao desenvolvimento do potencial do organismo e independe de treino ou estimulação ambiental. Ela se caracteriza por mudanças estruturais influenciadas pela hereditariedade que envolvem a coordenação de numerosas partes do sistema nervoso.

Aprendizagem

Aprendizagem resulta da estimulação do ambiente sobre o indivíduo já maduro, que expressa, diante de uma situação-problema, uma

mudança de comportamento em função da experiência. Abrange os hábitos que formamos, os aspectos de nossa vida efetiva e a assimilação de valores culturais. O processo de aprendizagem sofre interferência de vários fatores (intelectual, psicomotor, físico e social), sendo o emocional dependente, em grande parte, da educação infantil.

Para Henry Wallon (apud MAHONEY; ALMEIDA, 2004, p. 14), a infância é considerada sob uma perspectiva funcional, isto é, como um período com necessidades e características próprias, cuja função primordial é a constituição do adulto. O autor defende a perspectiva psicogenética baseando-se num enfoque interacionista, assumindo que todos os aspectos do desenvolvimento surgem da interação de predisposições geneticamente determinadas e características da espécie, com uma grande variedade de fatores ambientais.

As condições orgânicas oferecem as possibilidades internas, com base nas características da espécie. O meio físico e social coloca exigências que a criança precisa responder para sobreviver e se adaptar, ao passo que também fornece recursos que darão forma e conteúdo a essas respostas. Assim, Wallon, nessa relação recíproca da criança com seu meio, complementar entre fatores orgânicos e socioculturais, defende que desenvolvimento é um processo constante e contínuo de transformação dessa relação ao longo da vida. Portanto, cada estágio não implica apenas no acréscimo de atividades mais coordenadas e complexas, mas também em uma reorganização qualitativa, que por sua vez transforma as relações de oposição e alternância que unem os conjuntos funcionais componentes do psiquismo: motor, afetividade, cognição e indivíduo.

Cada estágio é marcado por configurações diferentes, responsáveis por novas funções e que possibilitam aprendizagens. Os estágios são: impulsivo-emocional, sensorio-motor e projetivo, personalismo, categorial, puberdade-adolescência, adulto.

Para Wallon (apud MAHONEY; ALMEIDA, 2004, p. 16), cada estágio é considerado um sistema completo em si, e seu funcionamento revela a presença de todos os componentes e as relações que os unem, integrando-os numa só totalidade: a pessoa. Temos então uma pessoa completa a cada estágio. Os conjuntos funcionais motor, afetivo, cognitivo formam um sistema integrado e interdependente, funcionando, então, o psiquismo como uma unidade. Cada atividade da criança resulta da integração do cognitivo com o afetivo e o motor.

Desenvolvimento motor

Desenvolvimento motor é a mudança contínua do comportamento motor, ao longo do ciclo da vida, provocada pela interação entre as exigências da tarefa motora, da biologia do indivíduo e das condições do ambiente (GALLAHUE; OZMUN; GOODWAY, 2013, p. 21).

Para Gallahue, Ozmun e Goodway (2013), movimento é vida. Como tudo o que fazemos envolve movimento, compreender como adquirimos o controle dele é compreender como vivemos.

O estudo do desenvolvimento motor passou por vários enfoques ao longo dos anos, do “maturacional” para o “normativo/descritivo”, até chegar aos dias de hoje com a perspectiva “orientada para o processo”.

Para Wallon (apud MAHONEY; ALMEIDA, 2004, p. 17), o conjunto motor “oferece as funções responsáveis pelos movimentos das várias partes do corpo que, ao se combinarem, constituem o ato motor”, e também a possibilidade de deslocamento do corpo no tempo e no espaço. A estrutura, o apoio tônico para as emoções e os sentimentos se expressam em atitudes mímicas, sendo também um recurso privilegiado para a construção do conhecimento, porque as sensações só são retidas, discriminadas e identificadas no momento em que a criança é capaz de reproduzi-las por meio de gestos apropriados. Assim, a direção do desenvolvimento vai do motor para o mental, por isso a importância e necessidade de liberdade de movimento nas atividades que contribuem para a construção do conhecimento.

Classificação do desenvolvimento motor

Os estudos mais populares e aceitos sobre desenvolvimento motor foram realizados por Jean Piaget. De acordo com eles, podemos classificar o desenvolvimento motor em quatro estágios (Quadro 1).

Quadro 1. Estágios do desenvolvimento motor segundo Piaget (1971)

Sensório-motor 0 a 2 anos	Pré-operatório 2 a 7 anos	Operações concretas (operacional concreto) 7 a 12 anos	Operações formais (lógico-formal) 12 à fase adulta
<p>A partir dos reflexos neurológicos básicos, o bebê começa a construir esquemas de ação para assimilar o meio.</p> <p>A inteligência é prática.</p> <p>O contato com o meio é direto e imediato, sem representação ou pensamento.</p>	<p>Já pode agir por simulação, “como se”.</p> <p>Sua percepção é global, sem discriminar detalhes.</p> <p>A criança passa a atingir o domínio do simbolismo, associando sempre um objetivo a alguém ou a alguma coisa.</p> <p>É este simbolismo que capacita a criança a desenvolver a linguagem matemática e a verbal.</p> <p>Estágio em que a criança está muito voltada para si mesma.</p> <p>Corresponde ao período pré-escolar.</p> <p>Apresenta dois estágios diferentes: egocêntrico (2 a 4 anos) e intuitivo (5 a 7 anos) – aparece a função simbólica.</p>	<p>Já é capaz de relacionar diferentes aspectos e abstrair dados da realidade.</p> <p>Ainda depende do mundo concreto para chegar à abstração.</p> <p>Desenvolve a capacidade de refazer um trajeto mental, voltando ao ponto inicial de uma determinada situação.</p> <p>A criança é capaz de usar a lógica para chegar às soluções da maior parte dos problemas concretos.</p> <p>Mantém a dificuldade em lidar com problemas não concretos.</p> <p>O desenvolvimento ocorre a partir do pensamento pré-lógico para as soluções lógicas de problemas concretos.</p>	<p>A representação agora permite abstração total.</p> <p>A criança não se limita mais à representação imediata.</p> <p>A operação formal se dá através da linguagem, sem relação necessária com o dado concreto, apenas através do raciocínio.</p> <p>O pensamento lógico já consegue ser aplicado a todos os problemas que surgem.</p>

Psicomotricidade

De acordo com a Associação Brasileira de Psicomotricidade, trata-se da “ciência que tem como objeto de estudo o homem através do seu corpo em movimento e em relação ao seu mundo interno e externo”. Ela está relacionada ao processo de maturação, no qual o corpo é a origem das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas, e é sustentada por três conhecimentos básicos: o movimento, o intelecto e o afeto. Ainda de acordo com a Associação, psicomotricidade é um termo empregado para uma concepção de movimento organizado e integrado em função das experiências vividas pelo sujeito, cuja ação é resultante de sua individualidade, linguagem e socialização.

Buscando compreender o que é psicomotricidade, encontramos diversos autores. Para Pierre Vayer (1986), a educação psicomotora é uma ação psicopedagógica que utiliza os meios da Educação Física com o fim de normalizar ou melhorar o comportamento da criança. Segundo Jean Claude Coste (1978), é a ciência-encruzilhada, onde se encontram múltiplos pontos de vista: biológicos, psicológicos, psicanalíticos, sociológicos e linguísticos. Barreto (2000) afirma que ela é a integração do indivíduo pelo movimento, levando em consideração os aspectos relacionais ou afetivos, cognitivos e motrizes. É a educação pelo movimento consciente, visando melhorar a eficiência e diminuir o gasto energético. Por fim, para Le Boulch (2001), a educação psicomotora é um meio de ajudar a criança a dispor de uma imagem do “corpo operatório”, a partir da qual ela poderá exercer sua disponibilidade. Esta conquista passa por vários estágios de equilíbrio, que correspondem aos estágios da evolução psicomotora.

Assim, podemos definir psicomotricidade como a educação do movimento, na relação entre intelecto e ação, englobando funções neurológicas e psíquicas.

Segundo José e Coelho (2004, p. 109), ela integra várias técnicas com as quais se pode trabalhar o corpo, relacionando-o com a afetividade, o pensamento e o nível de inteligência, focando a unidade da educação dos movimentos, ao mesmo tempo que põe em jogo as funções intelectuais. Assim, podemos afirmar que as primeiras evidências de um desenvolvimento mental normal são manifestações puramente motoras, cujas características seguem a ordem:

- Precisão: aos 7 anos;
- Rapidez: dos 7 aos 10 anos;
- Força muscular: dos 10 aos 15 anos.

Divide-se em:

- Movimentos estáticos: envolvem equilíbrio;
- Movimentos dinâmicos: envolvem grupos musculares diferentes, em ação simultânea, que resultam numa movimentação voluntária de diferentes complexidades.

E abrange aspectos como:

- Esquema corporal: adquirir consciência do próprio corpo e das possibilidades de expressar-se por meio dele;
- Lateralidade: perceber que os membros não reagem da mesma forma, como pular com o pé direito ou esquerdo ou escrever com a mão direita ou esquerda;
- Orientação espacial: localizar-se no espaço e situar os objetos;
- Orientação temporal: situar-se no tempo;
- Desenho e grafismo: expressar-se no papel.

O papel da brincadeira e do jogo na construção da identidade e autonomia

Aline Nunes de Moraes Matheazzo
Débora Tomazelli
Jacqueline Rominho da Conceição de Moraes
José Eduardo Vieira da Silva
Lara Magalhães Campos
Valnélia dos Santos
Vinicius José Campos Lopes

Para a construção da identidade e autonomia do indivíduo nos atos cotidianos e em atividades sistematizadas, recomenda-se que o adulto crie situações, organize o material e os ambientes e ajude as crianças, mas não aja por elas. Entre os adultos que na escola infantil

se relacionam com as crianças, destaca-se o professor como mediador na relação ensino-aprendizagem, no sentido de favorecer o desenvolvimento da autonomia, compreendendo os modos próprios de a criança se relacionar, agir, sentir, pensar e constituir conhecimentos.

Entre esses modos destaca-se o brincar/jogar. É por meio deste que as crianças desenvolvem a atenção, imitação, memória, imaginação, interação, utilização e experimentação de regras e de papéis sociais. Brincar/jogar é uma alternativa pedagógica que amplia os conhecimentos da criança; é, portanto, uma atividade sociocultural que se apresenta por meio de várias categorias de experiências, utilizada em instituições de educação infantil para fins didáticos.

São três as categorias de experiências, brincar de faz-de-conta ou com papéis (considerada como atividade fundamental da qual se originam todas as outras), brincar com materiais de construção e brincar com regras.

Articulando essas passagens, uma concepção pedagógica que parece induzir o professor de educação infantil a não considerar devidamente a criança de zero a três anos, pois como destacamos anteriormente, se “brincar de faz-de-conta ou com papéis é considerada como atividade fundamental da qual se originam todas as outras”, evidentemente não se considera que crianças menores ainda não dispõem, em parte, de condições biológicas e muitas vezes socioculturais de simbolizar as experiências nas quais estão inseridas.

Ao afirmar-se que o jogo de faz-de-conta é a atividade que origina as outras, comete-se deliberadamente uma inversão na compreensão do jogo como possível objeto transicional na construção da autonomia e da identidade da criança. Parte-se então da premissa de que toda brincadeira é imitação transformada, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada, ou seja, de que o conhecimento de movimento (tácito), como diria Piaget (1971), ocorre por meio de jogos de exercício. Nessa perspectiva, esse tipo de jogo parece pouco significar para o autoconhecimento em meio à situação vivida; ainda, pouco significa que o movimento seja tomado como suporte e tão somente alavanca para executar a atividade/atitude mental induzida na ocasião. Dessa forma, vale perguntar como o professor concebe o movimento enquanto eixo de trabalho para a educação infantil?

Ao movimentarem-se, as crianças expressam sentimentos, emoções e pensamentos, ampliando as possibilidades do uso significativo

de gestos e posturas corporais. O movimento humano é portanto mais do que um simples deslocamento do corpo no espaço: constitui uma linguagem que permite às crianças agirem sobre o meio físico e atuarem sobre o ambiente humano, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo.

Dessa afirmação, deduz-se que é necessário pensar o movimento humano como uma linguagem; entretanto, é lastimável o confinamento dessa rica linguagem pelos limites da leitura psicologizante, como se ela nada tivesse a oferecer especificamente ao desenvolvimento infantil, sendo apenas um simples deslocamento do corpo no espaço. A propósito: o que significa, especialmente para uma criança, um simples deslocamento de um corpo no espaço? Significa ser reconhecida apenas por sua capacidade de potencializar gestos e posturas corporais para expressar sentimentos, emoções e pensamentos.

O trabalho com movimento contempla a multiplicidade de funções e manifestações do ato motor, propiciando um amplo desenvolvimento de aspectos específicos da motricidade infantil, bem como atividades voltadas para a ampliação da cultura corporal de cada criança.

Existem diferentes sentidos e funções para o movimento humano em razão dos objetivos propugnados pelas diversas práticas pedagógicas da educação infantil, dentre os quais: a) suprimir o movimento em função da ordem e da harmonia, impondo rígidas restrições posturais às crianças; b) exigir contenção motora considerando que essas manifestações não contribuem para a aprendizagem, porque desconcentram a criança; c) propor sequências de exercícios em que a criança deva mexer seu corpo em estreita conformidade com determinadas orientações, permitindo alguma mobilidade mas tolhendo sua expressividade (VENÂNCIO, 2001).

Nessa perspectiva, o movimento para a criança pequena significa muito mais do que mexer partes do corpo ou deslocar-se no espaço; ela se expressa por meio de gestos e mímicas faciais, interagindo com forte apoio do corpo.

Nessa passagem, reafirma-se a ideia de que a leitura psicologizante apreende o movimento humano de modo instrumental a outros campos funcionais. Enfatiza-se também que, como a cultura escolar básica é na realidade cognitivista, incluindo-se a perspectiva pedagógica oficial proposta para a educação infantil, há uma tendência a

exaltar a validade do jogo como meio de desenvolvimento da cognição, dimensão simbólica ou do “faz-de-conta” da criança. Algo que é de fato importante, mas que não é por si suficiente e não pode suplantar a contribuição específica fundamental da dimensão de movimento ao desenvolvimento e à educação da criança, sobretudo na faixa etária de zero a três anos.

Não se trata de lutar pelo controle do espaço pedagógico, negar a influência da cultura sobre o desenvolvimento infantil ou desconsiderar que, ao compreender melhor o caráter lúdico e expressivo das manifestações, o professor poderá organizar melhor seu trabalho pedagógico. Trata-se de não negligenciar o investimento no estudo específico dos campos funcionais da afetividade, motricidade, cognição e sociabilidade, contando para tanto com uma concepção de conhecimento múltiplo, complexo, próprio para ser trabalhado e articulado com qualidade pelos professores.

Em uma concepção de conhecimento múltiplo, reivindicamos o investimento no estudo específico dos campos funcionais da afetividade, motricidade, cognição e sociabilidade entendendo que, no complexo processo de desenvolvimento e educação da criança, ocorrem permanentes aquisições ou perdas advindas da adequada (ou não) estimulação de cada um desses campos. Ainda, por meio do brincar/jogar, essas aquisições podem ser potencializadas nos diferentes momentos do desenvolvimento infantil. Nessa perspectiva, tomamos emprestado os conceitos de fenômeno e objeto transicionais para pensar seu uso compatível com o campo funcional do movimento no desenvolvimento e educação da criança, acreditando ser possível ampliá-los nos outros campos enunciados.

A criança, ao usar objetos de seu interesse, estabelece os vínculos culturais entre seu passado e futuro. A relação sujeito-objeto resulta da aceitação, por parte do adulto, de certa onipotência da criança ao apropriar-se, tanto no aspecto afetivo quanto motriz, do objeto de seu interesse. Depois de acariciado, amado e mutilado, o objeto pode ser substituído exclusivamente pela própria criança. Esse objeto para o adulto é externo, mas para a criança, não, e também não é, para ela, uma alucinação. Para ter vitalidade própria aos olhos da criança, o objeto deve suportar seu amor ou ódio/agressividade, ser descaracterizado ou esquecido, pois com o desenvolvimento saudável do sujeito, ele

geralmente perde significado ou torna-se difuso, já que ao ser absorvido se torna culturalmente menos interessante (VENÂNCIO, 2001).

Ao adulto cabe esperar pacientemente pela transferência da perspectiva de relação afetiva para a perspectiva de uso motriz do objeto. Só a transferência adequada evita a perda do objeto pelo sujeito, torna-o real e compartilhável em uma relação cultural. A seu ver, a situação de transferência é o que permite ao sujeito diferenciar o usar do relacionar-se com o objeto. Por isso, ao adulto cabe examinar a natureza do objeto não como projeção, mas como coisa em si; seu relacionamento é individual e só se confirma por sua aceitação enquanto sujeito. O utensílio tem a propriedade de estar presente para o indivíduo e, para o objeto ser utilizado, o sujeito precisa ter a capacidade para tanto. Isso faz parte da mudança para o princípio da realidade. Esse fenômeno é motriz e não inato, fruto do amadurecimento do sujeito e dependente de um meio ambiente propício.

O brincar/jogar e o brinquedo/jogo constituem, respectivamente, os principais fenômenos e objetos transicionais das crianças a partir dos quatro meses de idade. O brincar/jogar tem um lugar e um tempo que não está no indivíduo, nem no mundo exterior, portanto é um ato fora do controle mágico do indivíduo; um espaço potencial. Para controlar o que está fora há que fazer coisas, não simplesmente pensar ou desejar; e fazer coisas toma tempo. Brincar é fazer.

A ocupação do espaço potencial pela criança ao brincar/jogar revela um processo de aquisição paulatino. Venâncio (2001) sugere que em uma sequência de relacionamentos é possível localizar o brincar/jogar. Primeiro, a criança tem visão subjetiva ignóbil do brinquedo e o adulto interfere no sentido de apresentar-lhe o objeto; em seguida, o objeto é rejeitado, aceito e, depois, concretamente percebido pela criança. Nesse instante, em um espaço potencial denominado “*play-ground* intermediário”, se não houver impedimentos, a criança tem uma experiência de onipotência ou controle mágico do objeto. A importância do brincar é sempre a precariedade do interjogo entre a realidade psíquica pessoal e a experiência de controle de objetos reais. Essa experiência funda alicerces de confiança entre a criança e o adulto que lhe cuida; sendo um ato contínuo, a criança se sentirá segura na presença de alguém que lhe inspira confiança; por fim, é capaz de aceitar brincar de/com algo proposto por um adulto, quase de forma compartilhada.

Para Venâncio (2001), o brincar é por si mesmo uma terapia; fazer as crianças brincarem é uma psicoterapia de aplicação imediata e universal e inclui o estabelecimento de uma atitude social positiva com respeito ao brincar. Essa atitude também deve reconhecer que o brincar é sempre passível de tornar-se assustador. Os jogos e sua organização devem ser encarados como parte de uma tentativa de prevenir o aspecto assustador do brincar.

Sendo o brincar, fazer – poderíamos dizer o “refazer” do mundo externo no espaço dos fenômenos transicionais – ele é, também, sempre movimento. Por meio do brincar, o movimento não é apenas vivenciado, mas criado, constituído na zona da fantasia, que é o princípio da relação da criança com o mundo, pertencendo simultaneamente aos mundos externo e interno – sendo, portanto, irreduzível a um ou outro. O fenômeno do brincar lega ao movimento esse paradoxo característico: nem exclusivamente interno ou externo, mas situado na região onde se tecem as relações entre o sujeito e o mundo. O movimento se constitui a partir das tensões vivenciais entre o “eu” e o “não eu”.

Consequentemente, não é possível separar o movimento da consciência deste, nem essa do objeto com o qual ou para o qual o ser se move. Ato, consciência e mundo formam uma unidade indivisível, existencial, pertinente à área dos fenômenos transicionais.

Mover é ato complexo, contudo nosso entendimento difere da ideia de que o ato, a consciência e o mundo formam um bloco monolítico de experiências existenciais do sujeito. Consideramos que, em verdade, constatações teóricas como essas significam, para o professor de Educação Física atento, uma tentativa de resolver um paradoxo ainda não bem compreendido; e representam também a perda do achado, ou em outros casos, configuram uma adaptação automática dos ensinamentos da teoria psicológica a nosso universo pedagógico.

Quando pensamos uma possibilidade de uso compatível dos conceitos de fenômeno e objeto transicionais com o campo funcional da motricidade no desenvolvimento e na educação da criança, questionamos a leitura psicologizante do movimento humano acerca de sua qualidade para orientar a intervenção do professor de Educação Física na educação infantil. Não se trata teoricamente de dissociar ato, consciência e mundo, mas de, a partir de outro ponto de vista, fundar na experiência motriz a aquisição da percepção de mundo e consciência existencial, real, do sujeito.

Assim inferimos que, principalmente nos três primeiros anos de vida, se a criança é estimulada em seu processo educacional a interagir com o meio, os objetos e os outros por meio do brincar/jogar com movimento (além de manipular objetos, construir seu “eu” ante seu “não eu” etc.), ela constrói uma estabilidade especial, a de movimento. Esta é fundamental para a afirmação dos outros campos funcionais e para a edificação de sua autonomia e identidade pessoal e social. Se esse processo de construção não ocorre adequadamente, compromete-se tanto o desenvolvimento do sujeito quanto uma importante dimensão da experiência educativa infantil.

Finalmente, consideramos um desafio importante para a inserção da Educação Física na educação infantil selecionar, organizar, construir, sistematizar, implementar e registrar conhecimentos apropriados ao trabalho pedagógico. Recomenda-se não mais negligenciar a estimulação do brincar/jogar com movimento no desenvolvimento da criança na educação infantil. Nesse sentido, há uma importante discussão sobre os campos funcionais a ser realizada com professores de Educação Física infantil que trabalham diretamente com as crianças de zero a seis anos.

Iniciação esportiva na infância

O envolvimento de crianças no esporte é fenômeno crescente no mundo. As contribuições da prática esportiva adequadamente orientada abrangem todas as dimensões do desenvolvimento, seja social, cognitivo, afetivo, físico ou motor. No entanto, há muitos questionamentos quando o tema é “esporte e infância”, em particular, quando iniciar a prática esportiva e como ela deve ser iniciada.

No esporte atual, a tendência é iniciar a criança cada vez mais cedo em alguma modalidade esportiva no intuito de obter-se, rapidamente, sucesso e vitórias. Por outro lado, essa atitude é contrária às necessidades da criança, em especial do ponto de vista motor, considerando a importância da variedade de experiências nessa fase, principalmente para ampliar o acervo motor e para que ela tenha condições de optar pela modalidade que deseja praticar.

No entanto, para atingir o alto nível é necessário um longo processo de formação esportiva. Estima-se que são necessários de 8 a 12 anos

de preparação para formar um atleta. Contudo, nas fases iniciais do processo, não é possível prever quem chegará ao alto nível, pois acrescidas às qualidades físicas, outros fatores como perseverança e desejo de atingir tal objetivo também se relacionam ao atleta de elite.

Segundo Adelino, Vieira e Coelho (1998), esta formação envolve conhecimentos gerais do esporte e da modalidade selecionada por parte de todos os praticantes. A consequência é a assimilação de comportamentos que os praticantes manifestariam em todas as situações relacionadas ao esporte (treino, competição etc.).

Assim, entenderíamos a formação esportiva como um processo gradual que se estende ao longo de toda a vida, cujos objetivos não se limitam a atingir o alto nível, mas também influenciar a educação e a formação do cidadão. Dois momentos distintos, mas interligados, desse processo são a iniciação e a especialização.

Podemos definir iniciação como a etapa da formação esportiva que procura ensinar os aspectos básicos de uma ou mais modalidades e promover as primeiras adaptações no indivíduo para que ele responda aos novos estímulos. A iniciação pode ocorrer em qualquer fase da infância, desde que as características motoras, cognitivas, afetivas e sociais sejam respeitadas em situações pedagogicamente adequadas. Ressalta-se a importância de que a iniciação esportiva não vise resultados imediatos, a especialização precoce, a seleção de talentos e tampouco a exclusão dos indivíduos.

Assim, o processo de formação esportiva deveria iniciar por volta dos seis anos de idade, pela prática de diferentes modalidades esportivas que visem principalmente à formação generalizada, à ampliação de seu acervo motor e ao prazer da prática. A variedade é muito valorizada nessa fase, pois não sabemos as inclinações ou decisões futuras das crianças, tornando ainda mais importante oferecer subsídios e experiências para que elas possam tomar seu próprio direcionamento. Na segunda fase, há certa orientação das crianças para modalidades de sua preferência com a prática concomitante de outras modalidades. A terceira fase corresponderia à canalização dos esforços para a prática especializada de uma única modalidade, visando à obtenção de resultados máximos.

Um problema comum na formação esportiva é, sem dúvida, a especialização precoce, a “queima de etapas”: fases iniciais são ignoradas

em prol de resultados imediatos e a formação generalizada cede lugar à especializada. No entanto, campeões de categorias adultas nem sempre obtiveram grande destaque quando jovens (ZAKHAROV, GOMES, 2003). Assim, iniciar a prática esportiva especializada antes que a criança demonstre prontidão é um investimento incerto em alto nível e sucesso, e pode também gerar efeitos negativos, como o esgotamento e o abandono do esporte.

Impacto da atividade física e esportes sobre o crescimento de crianças

Em crianças e adolescentes, um maior nível de atividade física contribui para melhorar os perfis lipídico e metabólico e reduzir a prevalência de obesidade, além de ser mais provável que uma criança fisicamente ativa se torne um adulto também ativo.

Em consequência, do ponto de vista de saúde pública e medicina preventiva, promover a atividade física na infância e adolescência significa estabelecer uma base sólida para a redução do sedentarismo na idade adulta, contribuindo desta forma para uma melhor qualidade de vida. Nesse contexto, ressaltamos que atividade física é qualquer movimento resultante de contração muscular esquelética que aumente o gasto energético em relação ao repouso, e não necessariamente a prática desportiva.

Diferentes modalidades esportivas não aumentam ou diminuem a estatura. Ocorre um viés de seleção, no qual fatores constitucionais determinam a seleção de biótipos privilegiados para determinados esportes. O exercício físico leve a moderado estimula o crescimento e deve ser incentivado. A atividade física extenuante, principalmente quando associada à restrição dietética, afeta o crescimento, o desenvolvimento puberal, a função reprodutiva e a mineralização óssea. A musculação praticada por jovens pré-púberes pode ser prejudicial se for realizada sem supervisão, já que há um potencial risco de lesão nas cartilagens de crescimento. Entretanto, quando bem supervisionada, pode levar a um aumento de força e resistência muscular (ASTRAND, 1992).

Vários estudos com crianças têm demonstrado o estímulo da atividade física a crescimento e desenvolvimento, prevenção da obesidade, incremento da massa óssea, aumento da sensibilidade à insulina, melhora do perfil lipídico, diminuição da pressão arterial e desenvolvimento da

socialização e da capacidade de trabalhar em equipe. Também é conhecido o fato de que a atividade física realizada de forma imprópria, em desacordo com a idade, o desenvolvimento motor e o estado de saúde apresenta riscos de lesões como trauma, osteocondrose, fratura etc.

O que não está claro e se tornou motivo de conflito entre pais, pacientes e médicos é a definição de qual seria o melhor esporte ou atividade física para estimular o crescimento e o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Nos consultórios são comuns questões como: “que esporte o(a) senhor(a) recomenda para ajudar meu filho com baixa estatura a crescer mais?”, “meu filho já pode fazer musculação?”, “é verdade que ginástica olímpica diminui e o basquete aumenta a previsão de altura final?”, “dançarinas de balé deixam de menstruar?” ou “a atividade física melhora o desenvolvimento ósseo?”.

O desenvolvimento ósseo é dependente de fatores endógenos e exógenos. Segundo Astrand (1992), dentre os fatores endógenos destacam-se: genética, raça, aumento dos hormônios anabólicos associados à puberdade (hormônio do crescimento [GH], fator de crescimento insulínico tipo 1 [IGF-1], esteroides sexuais) e marcadores de remodelação óssea. Receptores de leptina têm sido encontrados no tecido ósseo, sugerindo que este hormônio esteja envolvido na regulação esquelética. Alguns estudos detectaram que níveis séricos de leptina diminuíram significativamente em ginastas e bailarinas em comparação ao grupo controle.

Em relação aos fatores exógenos (ambientais), destacam-se o exercício e a nutrição, com adequado aporte de cálcio na dieta. Durante a atividade física, a contração muscular promove um aumento da atividade osteoblástica na região óssea próxima aos locais onde os músculos se inserem, levando ao aumento da mineralização óssea. Por outro lado, a ausência de contração muscular, como nas situações de imobilização (por exemplo, paraplegia, fraturas), e de força gravitacional (por exemplo, voos espaciais), causa significativa perda óssea.

Os mecanismos de carga impostos pelos exercícios aumentam a densidade mineral óssea independentemente do sexo e da idade do praticante; porém o exercício físico realizado próximo ao pico máximo da velocidade de crescimento, ou seja, no início da puberdade, é mais efetivo para potencializar o ganho de massa óssea. Os efeitos osteogênicos dos exercícios dependem ainda da magnitude da carga e da frequência de aplicação que, quando repetidas, resultam em hipertrofia óssea. Dessa

forma, atividade física regular durante a infância e adolescência pode atuar na prevenção de distúrbios como a osteoporose. O treinamento de força com impacto (por exemplo, corrida, ginástica, dança, basquetebol, atletismo) proporciona maior incremento da densidade mineral óssea comparado ao de resistência aeróbica, como ocorre na natação e no polo aquático. Ambos os tipos de treinamento promovem aumento da densidade mineral óssea em comparação à não realização de qualquer uma dessas atividades (WEINECK, 2005).

Embora não se tenha consenso científico do efeito benéfico do exercício físico sobre o crescimento estatural, acredita-se que a intensidade do exercício possa ter efeitos indiretos e benéficos, já que o exercício moderado aumenta os níveis circulantes do GH e IGF-1 por meio do estímulo aferente direto do músculo para a adenoipófise, além do estímulo por catecolaminas, lactato, óxido nítrico e mudanças no balanço acidobásico.

Para Guedes e Guedes (1995), os efeitos benéficos da atividade física são evidenciados nos mais variados órgãos e sistemas: cardiovascular (aumento do consumo de oxigênio, manutenção de boa frequência cardíaca e volume de ejeção), respiratório (aumento dos parâmetros ventilatórios funcionais), muscular (aumento de massa, força e resistência), esquelético (aumento do conteúdo de cálcio e mineralização óssea), cartilaginosa (aumento da espessura da cartilagem, com maior proteção articular) e endócrino (aumento da sensibilidade insulínica, melhora do perfil lipídico).

Existe uma noção comum entre profissionais de saúde, professores de Educação Física e pais que determinados esportes aumentam a estatura, enquanto outros diminuem. Entretanto, a literatura não traz evidências que subsidiem tal noção. A restrição dietética utilizada em alguns esportes é prejudicial por atrasar o crescimento, retardar o desenvolvimento puberal, causar osteopenia, anemia e síndromes relacionadas à deficiência de vitaminas, minerais, aminoácidos, ácidos graxos e elementos-traço (ASTRAND, 1992).

A prática esportiva também pode prejudicar o crescimento e o desenvolvimento de acordo com intensidade, presença de fatores estressantes como competições e lesões, gasto energético, idade e estado nutricional. Além disso, diferentes esportes se associam a diferentes lesões, não havendo possibilidade de comparação. O principal risco da atividade

física ou esporte inadequado são as lesões musculoesqueléticas: fraturas, osteocondroses, tendinite, escoliose, osteocondrite, espondilose e espondilolistese. As cartilagens de crescimento se fecham em épocas diversas, estando portanto mais vulneráveis a lesões de acordo com a etapa do desenvolvimento (pré-puberal *versus* puberal). As osteocondroses afetam o esqueleto em crescimento e a cartilagem articular. A apofisite de tração é a mais frequente delas, causada pela combinação do crescimento e do excesso de carga na cartilagem de crescimento devido à tração da unidade músculo-tendão. As duas apofisites mais comuns são a doença de Osgood-Schlatter (tuberosidade tibial) e a doença de Sever (calcânea). O pico de fraturas em pediatria coincide com o estirão puberal, talvez decorrente do aumento da remodelação do osso cortical nessa fase do crescimento. Por isso, as atividades de carga, embora possam evitar fraturas na vida adulta, em crianças pré-púberes estão mais associadas ao risco de fratura (GUEDES; GUEDES, 1995).

A prática de musculação por crianças e pré-adolescentes é um tópico controverso. Alguns autores afirmam ser essa atividade prejudicial a pré-adolescentes e outros mostram que pode ser benéfica se bem supervisionada. Aqueles que contraindicam a prática por jovens pré-púberes argumentam que, além de não aumentar a força muscular devido à quantidade insuficiente de andrógenos circulantes, ela ainda se associa a um potencial risco de lesão da cartilagem de crescimento e de fechamento precoce das epífises, como resultado da sobrecarga excessiva. Isto é particularmente importante em crianças com baixa estatura que, na tentativa de compensar seu déficit estatural com o aumento da massa muscular, podem prejudicar ainda mais seu potencial de crescimento (WEINECK, 2005).

O efeito benéfico e seguro da musculação em crianças é relatado apenas em programas experimentais de treinamento que utilizam pesos e aparelhos isotônicos sob supervisão de instrutores, com frequência de duas a três vezes por semana, durante seis semanas a 21 meses. Nesses casos, mesmo em crianças pré-púberes, ocorre um aumento de força e resistência muscular em resposta a adaptações neuromusculares, na ausência de hipertrofia muscular, com baixo risco de lesão e ausência de impacto negativo sobre o crescimento. Uma vez suspenso o treinamento, observa-se perda de toda a força muscular adquirida durante os treinos. Outros estudos mostram que exercícios de alta repetição (13 a

15 repetições) e moderada resistência produzem maior ganho de força do que os de baixa frequência (seis a oito repetições) e alta intensidade.

Em relação à potência aeróbica, ocorre um aumento do consumo máximo de oxigênio (VO_2 máx) em termos absolutos ao longo da idade, com maior aceleração em meninos do que em meninas. Esse aumento do VO_2 máx está intimamente relacionado ao aumento da massa muscular, de forma que se considerarmos o VO_2 máx corrigido por indicadores de massa muscular, não existe aumento com a idade em crianças e adolescentes do sexo masculino (VO_2 máx/kg de peso corporal permanece constante), enquanto ocorre um declínio progressivo em meninas (diminuição do VO_2 máx/kg de peso corporal) (WEINECK, 2005).

O esporte, o desporto educacional e o professor

Rodrigo Tetsuo Hirai

José Maria Ferraz Filho

Ana Lúcia Ratti Brolo

Heleno da Silva Luiz Junior

O esporte é uma manifestação cultural – e está presente em todos os locais e sob variadas formas, e exerce hoje influência nunca vista, dadas as dimensões que, enquanto fenômeno midiático, obteve no mundo moderno. Está presente nas telas, nos debates, nas esquinas, nos lares, nos ambientes de trabalho etc.

Sua relevância e presença estão consolidadas não apenas na mídia e nas ruas, mas também nas diversas instituições formadoras – por exemplo, na escola e na família. Possui, assim, um número crescente de praticantes sendo legitimados socialmente. É ainda tema de debate no campo acadêmico da Educação Física, bem como ponto prioritário nas políticas públicas. Neste texto propomo-nos a discutir uma questão elementar, mas com nuances determinantes: *em qual medida o esporte pode ser uma prática educativa?*

Tendo em vista as múltiplas possibilidades didáticas oferecidas, posicionamo-nos a favor do esporte enquanto prática educativa e manifestação cultural permeada de valores e princípios. Acenamos positivamente à questão, reiterando que sua vivência é potencialmente fértil em experiências ricas e formativas dos diferentes atores envolvidos.

Porém, orientados pelas vivências que seguidamente/seguramente demonstram que as respostas às questões teóricas não se confirmam tão facilmente na prática, enxergamos uma lacuna a ressaltar: a condição de que o esporte, por si só, não educa.

Assim, estruturamos nosso texto sob a ressalva de que o que fará a experiência esportiva ser educativa é o modo como será realizada e conduzida. Afirmamos que as experiências esportivas possuem o potencial, contudo advertimos que não necessariamente o são, pois para tanto é necessário o esforço e o devido trato pedagógico a sua prática.

Iniciamos abordando a multiplicidade de conceitos do esporte.

O desporto educacional e o papel do professor

Na legislação, encontramos na Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993 (Lei Zico), a primeira conceituação do esporte a contemplar uma diversidade de modelos, diferenciados em suas finalidades: a) o desporto educacional; b) o desporto de participação; e c) o desporto de rendimento. Desta, posteriormente revogada pela Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), foi mantido o texto sobre a natureza e as finalidades do desporto.

Em suma, a) o *desporto educacional* é caracterizado por evitar a seletividade e a hipercompetitividade, com o objetivo do desenvolvimento integral do indivíduo para o exercício da cidadania e a prática do lazer; b) o *desporto de participação* tem como finalidade integrar os praticantes na plenitude da vida social, bem como na promoção da saúde, educação e na preservação do meio ambiente; e c) o *desporto de rendimento* é praticado sob as regras da prática desportiva nacional e internacional, tem como marca a obtenção de resultados e a integração entre pessoas e comunidades do país, assim como com outras nações.

O conceito do desporto de rendimento, praticado segundo regras, podendo ou não, em determinados locais, ser realizado em consonância com os valores morais da tradição e dos bons costumes, é o tipo de maior apelo midiático. A figura do herói esportivo alimenta o imaginário do público espectador, e por essa razão, em detrimento ao desporto educacional e ao desporto de participação, tem recebido maior atenção e apoio financeiro da iniciativa privada. Até a década de 1980 era o único modelo esportivo fomentado no país (TUBINO, 2010).

Porém, não sendo prioritária a questão educativa no desporto de rendimento, os interesses de jogo/performance prevalecem sobre os da formação cidadã do jogador. A finalidade é puramente o desempenho esportivo. Justamente por isso que, cada vez mais, há menos pessoas aptas a sua prática, não contemplando o apontado pela Constituição Federal de 1988, o dever do Estado de fomentar a prática do esporte para todos.

À semelhança do que problematiza Kunz (2004), ainda que o esporte de rendimento enquanto produto altamente valorizado na sociedade seja aceito de forma imediata e inquestionável, entendemos que isso não garante a ele ser o tipo mais adequado para atender os reais interesses de todos seus praticantes.

Assim, sendo a prática do esporte uma questão de direito, a necessidade do incentivo ao desporto educacional e ao desporto de participação se evidenciou. Uma vez que o esporte voltado à performance não se mostrou inclusivo, o incentivo à prática de um outro modelo se apresentou em caráter de urgência – e a ênfase exclusiva ao desporto de rendimento se mostrou já não mais suficiente.

Em consonância a tais demandas, surge então o desporto educacional, do qual emerge o conceito do *esporte-educação* citado por Tubino (2010). Se antes o desafio era selecionar as crianças mais talentosas, sob esta nova concepção, o desafio é ensinar o esporte para todos!

O bom profissional nesta modalidade já não é mais aquele com o olhar aguçado para identificar jovens que se destacam por suas habilidades esportivas. Do bom professor exige-se o olhar apurado para o desenvolvimento das potencialidades de todos, independentemente de quais sejam. Aquele que o pratica passa a ser o protagonista – prioritário em relação ao jogo em si.

Tubino (2010) conceitua o esporte-educação por se balizar nos princípios da inclusão, participação, cooperação, coeducação e corresponsabilidade, em que a prática esportiva tem como fim a formação para a cidadania². Assim, é direcionado fundamentalmente a crianças e jovens, diferentemente do *esporte-lazer/desporto de participação* – que

2 No município de Indaiatuba, o *desporto educacional* é disponibilizado à população por meio do Projeto Esporte Cidadão, idealizado e administrado pela Secretaria de Esportes. São oferecidas aulas de diversas modalidades (atletismo, natação, futsal, basquete, ginástica artística, ginástica rítmica, capoeira, karatê etc.) a crianças e jovens de 6 a 17 anos, tendo como objetivo princípios socioeducativos, bem como a formação para a cidadania.

tem como princípio o prazer e usualmente é oferecido a todas as faixas etárias. O esporte-educação se diferencia, ainda, no que entendemos ser o ponto fundamental para uma prática educativa:

embora ambos possam ser praticados com regras e regulamentos adaptados, muitas vezes sem vinculação aos esportes de rendimento de referência, as regras no esporte-educação, por ser dirigido por professores, devem ser estabelecidas pelos educadores, enquanto no esporte-lazer, as convenções das regras são estipuladas pelo próprios praticantes (TUBINO, 2010, p. 52).

Da citação acima, o esporte ensinado com fins educativos não é o mesmo que aqueles praticados para o lazer ou a performance. O esporte-educação é elaborado pelo professor/educador; e é este molde que cria o ambiente e as situações de ensino inclusivas e didaticamente organizadas.

O esporte simplesmente reproduzido segundo regras, padrões e convenções do esporte de rendimento não educa, pois quem educa não é o esporte, mas sim o professor. É ele que transforma o esporte enquanto patrimônio cultural e lapida suas características de forma a contemplar a todos. Enquanto exercício de sua profissão, o profissional tece, com uma intencionalidade pedagógica, situações concretas que possibilitam o ensino e o fortalecimento de princípios éticos, cooperativos e inclusivos.

Considerando a questão analisada não como a discussão de qual seja o modelo ideal, ou mesmo o que possui mais virtudes – apresentamos aqui uma abordagem sobre os tipos de esporte, conceituados conforme suas finalidades, compreendendo a relevância e o significado sociocultural, bem como o espaço que a cada um deve se reservar – nos posicionamos adversos à ideia de que toda prática esportiva é educativa, independentemente de sua natureza.

Não deixamos de concordar com as proposições de que o esporte, nos diferentes modelos aqui apresentados, é um possível local de resgate de valores e princípios morais. Porém, advertimos que a ação educativa não acontece naturalmente, sem a devida intencionalidade para sua realização. Esta não é natural, pois só se efetiva enquanto produção cultural, enquanto produto confeccionado com seus respectivos fins formativos.

Desta forma, defendemos a urgência e a importância do trato pedagógico do esporte como um ato de resgate, produção e reconstrução cultural, referenciado em princípios éticos e educativos, quando este se trata de desporto educacional. Pois, do contrário, ele será estéril para a missão a qual foi incumbido.

Korsakas (2009) adverte que não bastam os princípios filosóficos para que o esporte seja educativo. É imperativo que se tenha uma prática pedagógica para transformar e concretizar aquilo que tais princípios fundamentam, ou seja, o oferecimento de atividades esportivas à população é ponto primário no processo de disseminação do esporte. Porém, para a implementação do desporto educacional, é ainda elementar que as práticas e vivências sejam forjadas por uma didática que assuma a responsabilidade de decidir qual face do jogo será usufruída.

A autora indica, enquanto possibilidades didáticas, as metas orientadas à tarefa, quando a competência é entendida como melhora e não necessariamente em ser melhor do que o outro – ego; e a orientação do clima motivacional à aprendizagem e não ao desempenho – ao invés de assumir o resultado como critério de sucesso, preocupa-se com o desenvolvimento de cada um dos praticantes, baseando-se no progresso individual como critério de avaliação (KORSAKAS, 2009).

Brotto (1999) cita que há um manancial de possibilidades para participar do esporte, sob a perspectiva de explorar-se o aspecto cooperativo do jogo, extraindo dele seu lado mais humano. O autor expõe que cabe ao professor o papel de colaborador para o bem-estar comum, pois mais do que ensinar o esporte, a ele se deve atribuir as tarefas de ensiná-lo e ensiná-lo bem, a todos; ensinar a gostar do esporte; e ainda ensinar mais do que o esporte.

Contudo, a autora entende que não basta uma concepção filosófica de esporte e de humanidade para fazer valer o esporte como meio de educação. Ela aponta a necessidade de uma pedagogia capaz de refletir e transgredir a filosofia que a permeia, dando ao esporte um enfoque pedagógico (BROTTO, 1999). Para tanto, a autora indica o jogo como facilitador desse processo, no sentido de retornar às origens do esporte sem uma valorização exacerbada da competição, de forma que a alegria e o prazer sobreponham-se a recompensas extrínsecas como medalhas, troféus e brindes, e a quaisquer tipos de discriminação.

À semelhança do que aqui indicamos, tal perspectiva nos remete à ideia de que as características do esporte/jogo – como os objetivos, o clima motivacional e as convenções de regras e regulamentos – não precisam, nem devem, ser consideradas permanentes e imutáveis. Pelo contrário, necessitam ser confeccionadas pelo professor para que assumam um caráter educativo e comunitário.

Dos autores citados temos orientações para uma prática esportiva de fins educacionais. Vivências que não se dão aleatoriamente, à mercê do vento. Ainda que o ambiente seja complexo e indeterminado, este é pensado e organizado segundo princípios socioeducativos que se concretizam por uma didática e pelo comprometimento social do educador.

Ao professor não resta a possibilidade de se abster e simplesmente ensinar o esporte, pensando tal ato enquanto prática educativa; para educar é necessário posicionar-se e, a partir dos parâmetros adotados, buscar a coerência entre seus princípios e suas ações.

Considerações finais

Em suma, argumentamos no texto pela necessidade de uma estruturação didática orientada aos fins que o *desporto educativo* se propõe. Assim, da questão aqui posta nos direcionamos ao seguinte ponto: na medida em que é pensado e organizado como prática educativa, o esporte o é, mas o agente a possibilitar que assim o seja é o professor.

Para tal, de início apresentamos as três faces do esporte conceituadas na legislação: o desporto educacional, o desporto de participação e o desporto de rendimento. Analisando-as, caracterizamos o desporto educacional por sua função formativa.

Num segundo momento, situamos o professor/educador no centro de efervescência onde ocorre o processo educativo. Colocamos na mesa as coordenadas de sua missão, bem como apresentamos o comprometimento ético e social como pré-requisito para a formação daquele que educa, o responsável pelo usufruto do esporte: o professor.

Assim, alertamos para nossa atual condição. Ainda que a modernidade tenha deslegitimado a moral e os valores da tradição – sejam aqueles advindos da família, da comunidade, da igreja, ou mesmo do esporte (BARRERE; MARTUCCELLI, 2001) –, orientamos para que a prática do professor não seja esvaziada de valores e princípios. Não no sentido

do resgate da moralidade deslegitimada, nos moldes da disciplinarização exercida sobre as gerações antecedentes, mas com o intuito de apontar o esvaziamento moral/ético e o caos social – refletidos nas práticas e nos noticiários televisivos esportivos – por nós hoje vivenciados, e a necessidade de se preencher esse vazio.

INDICADORES QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DO PROJETO ESPORTE CIDADÃO E ALTO RENDIMENTO

Heleno da Silva Luiz Junior
Humberto Aparecido Panzetti
Rafael de Oliveira e Silva
Rubens Pantano Filho

Os dados são apresentados em formato de quadros e gráficos, com os resultados e indicadores de quantidade e qualidade durante o período de implantação do Projeto Esporte Cidadão.

Quantidade de professores comissionados e concursados da Secretaria de Esportes

Quadro 1. Descrição do ano e da quantidade de
professores no regime de contratação

Mês/Ano	2012	2013	2014	2015
Comissionados	34	33	33	31
Concursados	7	12	15	19
Total	41	45	48	50

No Gráfico 1, pode-se observar a dinâmica da alteração no regime de contratação durante o período da administração.

Essa alteração ocorreu devido à realização de concursos públicos, conforme citado anteriormente, cujos resultados possibilitaram a contratação de professores com capacidade técnica específica para atuação no esporte.

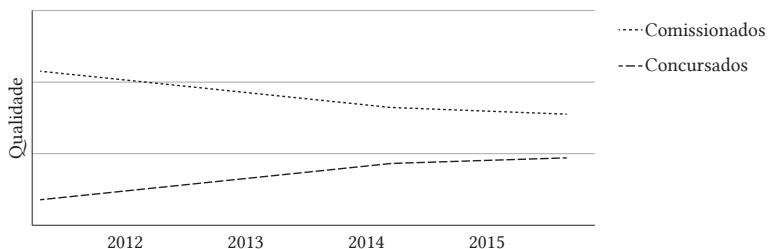


Gráfico 1. Quantidade de professores e regime por ano

Vagas oferecidas pelo Projeto Esporte Cidadão

Quadro 2. Descrição do ano e a quantidade de vagas

Mês/Ano	Fev. 2012	Ago. 2012	2013	2014	2015	%
Fevereiro	2.500*	7.000	7.200	8.000	8.300	332**

* período do Programa de Recreação, Iniciação e Aperfeiçoamento (Pria).

** percentual de aumento após a implantação do projeto esporte cidadão.

Atendimentos do Projeto de Lazer

Quadro 3. Descrição do ano e a quantidade de alunos após as inscrições semestrais

Mês/Ano	2012	2013	2014	2015	%
Fevereiro	4163	5465	5367	5622	35
Agosto	4566	5413	5363	5598	22

Atletas que participam do Projeto de Alto Rendimento

Quadro 4. Quantidade de atletas no início do ano competitivo

Mês/Ano	2012	2013	2014	2015	%
Pré-equipes e equipes principais	788	795	806	812	3
Jogos Regionais	443	459	472	502	13
Jogos Abertos	152	163	171	198	30

Pesquisa de satisfação do Projeto Esporte Cidadão

Quadro 5. Mês e ano dos momentos das pesquisas semestrais

Mês/Ano	2012	2013	2014	2015
Março	Início da proposta	Organização do projeto ampliado	Gestão dos dados	Gestão dos dados
Setembro	Organização do projeto-piloto (USP)	1ª avaliação (CPA)	2ª avaliação (USP)	3ª avaliação (USP)

CPA: Comissão Própria de Avaliação; USP: Universidade de São Paulo.

Curso de extensão em parceria com a Unifesp

Quadro 6. Cronogramas dos cursos de extensão em Fisiologia do Desporto (2013/2014), Treinamento Desportivo (2014/2015) e Ciências na Saúde e no Esporte (2015/2016)

Mês/Ano	2012	2013	2014	2015	2016
Março	Início da proposta	Aprovação e fechamento da parceria com a Unifesp	I Etapa 65 horas TCC	II Etapa 65 horas TCC	III Etapa 65 horas TCC
Setembro	Organização do projeto	I Etapa 65 horas	II Etapa 65 horas	III Etapa 65 horas	Carga horária 390h/aula

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso; Unifesp: Universidade Federal de São Paulo.

PESQUISAS REALIZADAS NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO DO PRIA E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO ESPORTE CIDADÃO

Trabalho 1. Texto extraído na íntegra do site *Último Segundo*³

Título: Cada ponto de melhora nas notas de português foi associado a um investimento de R\$ 133 em recreação esportiva por criança

Introdução

O investimento em programas públicos de iniciação esportiva pode influenciar nos resultados em sala de aula. Alunos que participam desses programas obtiveram melhor rendimento escolar: é o que mostra pesquisa de mestrado que avaliou a relação dos gastos envolvidos nesse tipo de ação e seus resultados, apresentada no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Nutrição Humana Aplicada da Universidade de São Paulo (USP).

O estudo mostra a razão custo-efetividade da inserção esportiva, ou seja, quanto foi necessário gastar com recreação esportiva com cada criança para o aumento das notas. Em média, cada ponto de melhora no rendimento escolar nas notas de português foi associado a um custo de

3 Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2015-01-25/aulas-de-esporte-melhoram-rendimento-escolar-aponta-pesquisa-da-usp.html>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

R\$ 133,05 por criança por trimestre, e nas notas de matemática o valor de R\$ 134,07.

Para chegar a esses números, a economista e autora da pesquisa Julia Guimarães Aranha acompanhou durante três meses alunos de oito a dez anos de escolas de Indaiatuba, interior de São Paulo, que participavam do Programa de Recreação, Iniciação e Aperfeiçoamento (Pria), um programa da prefeitura da cidade voltado à inserção social e introdução de crianças em atividades esportivas fora da sala de aula.

“A proposta do estudo foi avaliar o Pria quanto a seu impacto sobre indicadores de estado nutricional, qualidade de vida e rendimento escolar das crianças em relação aos gastos públicos envolvidos”, explica Julia.

Cada um desses indicadores tiveram análises de diferentes variáveis. No caso do estado nutricional foi considerado o Índice de Massa Corpórea (IMC) e a bioimpedância (BIA); para a qualidade de vida foi aplicada a Escala de Avaliação de Qualidade de Vida (AUQEI, em francês) e para o rendimento escolar foram utilizadas as notas de português e matemática.

Metodologia

A pesquisadora dividiu 86 estudantes em dois grupos: o primeiro, que participaria do Pria (grupo-caso), e o segundo, que não participaria (grupo-controle). Foram realizadas aferições antropométricas e aplicados questionários socioeconômicos e demográficos aos dois grupos antes dos alunos entrarem no programa de iniciação esportiva e após três meses. Também foi feita a avaliação econômica do Pria com levantamento do custo do programa.

“A metodologia para avaliar a efetividade do Pria utilizou o método de estimação Diferenças em Diferenças, bastante empregado na avaliação de políticas públicas. Assim, conseguimos fazer modelos para medir os parâmetros de estado nutricional, qualidade de vida e rendimento escolar de cada um dos alunos dos dois grupos”, afirma Julia.

Resultados

Segundo a professora Denise Cavallini Cyrillo, orientadora da pesquisa, o estudo conseguiu verificar que o Pria foi efetivo em termos de

rendimento escolar, considerado uma variável de inserção social, verificando também o quanto a prefeitura de Indaiatuba deveria gastar por criança para contribuir com a melhoria do rendimento escolar.

O resultado mostrou que os alunos que participavam do programa melhoraram, em média, suas notas de português e matemática em 0,790 e 0,784 pontos, respectivamente. A partir desses valores também foi analisado o custo-efetividade, avaliação econômica utilizada para programas públicos em diversas áreas.

“Medimos o custo médio da prefeitura com cada criança participante do Pria e comparamos com o rendimento escolar. Descobrimos que o Pria foi efetivo em termos de rendimento escolar por meio do esporte, do programa da Secretaria de Esportes da cidade de Indaiatuba”, ressalta Julia.

Para melhorar um ponto na nota de português de um aluno, a prefeitura deveria investir R\$ 133,05 nas ações esportivas durante um trimestre; já na nota de matemática, o custo seria de R\$ 134,07.

Trabalho 2. Extraído na íntegra da *Revista do Conselho Regional de Educação Física de São Paulo*, v. 15, n. 41, mar./maio 2014

*Heleno da Silva Luiz Junior
Humberto Aparecido Panzetti*

Título: A democratização do esporte em Indaiatuba (SP)

Introdução

Após a implantação do modelo de esporte educacional na Secretaria de Esportes, o município de Indaiatuba passou a dispor de 2.730 vagas esportivas oferecidas para 9.055 vagas, beneficiando a clientela com a prática esportiva e dando a opção de crianças e adolescentes terem atividades físicas no contraturno escolar.

Trata-se de uma cidade com aproximadamente 203 mil habitantes, cujos princípios norteadores de suas políticas públicas são a igualdade, a qualidade e a democracia, ou seja, Indaiatuba possui uma visão de que todos seus municípios são iguais e têm os mesmos direitos e deveres.

É papel do governo procurar ferramentas para melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade. Essa demanda traz o compromisso de oferecer a todos atividades esportivas de caráter educacional, de participação e de alto rendimento.

No setor de esporte educacional, o projeto teve como objetivo potencializar o uso dos espaços públicos esportivos, implantando diversas modalidades e oferecendo aulas com duração de 50 minutos para três turmas com idades de 6 a 8 anos, 9 a 11 anos e 12 a 17 anos. Estas são ministradas nos períodos da manhã e da tarde, atendendo as crianças no contraturno escolar, com dois encontros semanais, às terças e quintas ou às quartas e sextas-feiras.

As segundas-feiras foram destinadas às reuniões administrativas e pedagógicas, para as quais os professores trazem as propostas e as dificuldades enfrentadas na semana anterior para apreciação dos coordenadores. O dia também é reservado para oferta de cursos de capacitação nas áreas de saúde e educação, com o convênio firmado no início de cada semestre entre a Secretaria de Esportes e a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), possibilitando que os professores tenham a oportunidade de atualizar seu conteúdo. O curso é subsidiado pelo município e está inserido no horário de trabalho, para melhorar cada vez mais o atendimento à população.

Pesquisa sobre o atendimento do Projeto Esporte Cidadão

Uma das ferramentas utilizadas para mensurar a qualidade do Projeto Esporte Cidadão foi um questionário aos pais dos alunos inscritos no Projeto, que eles responderam anonimamente, para que pudéssemos quantificar os resultados em números percentuais.

No momento da pesquisa, realizada no mês de setembro de 2013, 70,2% das vagas estavam preenchidas. Participaram da pesquisa 3.255 alunos, 51,2% dos participantes do Projeto. Foram aplicadas dez perguntas no questionário, sendo quatro sobre assuntos administrativos, duas sobre as estruturas físicas dos núcleos e quatro sobre aspectos pedagógicos. Apresentaremos duas perguntas da pesquisa sobre aspectos pedagógicos, pois elas estão diretamente relacionadas ao esporte educacional e sua contribuição como uma ferramenta de auxílio na educação formal.

A primeira pergunta foi se o aluno consegue aprender coisas novas durante as abordagens dos temas transversais (tais como educação, saúde, ética e sociedade): 97,9% responderam “sim” e 2,1%, “não”. A outra questão foi se houve melhoria no rendimento escolar após a criança iniciar nas atividades do Projeto: 88,0% responderam “sim” e 12,0%, “não”.

Por meio dos resultados concluímos que o esporte, quando aplicado no modelo educacional, auxilia a educação formal e contribui para a melhoria da aprendizagem da criança não somente no aspecto esportivo, mas também no aspecto do rendimento escolar.

Cabe aos municípios desenvolverem suas políticas públicas na área do esporte. Para que o projeto tenha sucesso ele deve ser apoiado pelo Poder Executivo durante a atribuição do orçamento. Assim, o valor destinado ao setor de esportes deve ser suficiente para sua demanda durante o ano.

O município de Indaiatuba tornou-se modelo em políticas públicas esportivas no Brasil. Ele possui 2,5% do orçamento destinado ao esporte e busca constantemente apoio financeiro, através das leis de incentivo e ementas parlamentares, para os projetos em desenvolvimento, em reformas e modernização das estruturas esportivas existentes na cidade, melhoria do material etc.

Trabalho 3. Trabalho apresentado no Encontro de Iniciação Científica da Faculdade Max Planck

*Heleno da Silva Luiz Junior
Jemima Giron
Denise Cavallini Cyrillo*

Título: Influência dos pais na prática esportiva dos filhos

Introdução

De acordo com Simões et al. (1999), os pais tendem a influenciar na vida esportiva dos filhos. Pesquisas sobre estilo de vida de crianças e adolescentes são fundamentais, pois muitos problemas de saúde na

vida adulta têm sua origem nessas fases e poderiam ser prevenidos por meio de intervenções motivacionais e orientações relativas a um comportamento saudável no que diz respeito a alimentação, atividade física e hábitos de risco. A análise dos fatores determinantes do estilo de vida e da percepção sobre a qualidade de vida das crianças e dos jovens são importantes subsídios para a formulação de políticas de prevenção e promoção da saúde (DAVIM et al., 2008), bem como de programas de educação (FARIAS JÚNIOR et al., 2009). Esse estudo prioriza a visão dos pais sobre os fatores que influenciam as escolhas dos filhos nas atividades físicas dirigidas.

Metodologia

A coleta de dados foi realizada com 2.537 crianças e adolescentes, regularmente matriculadas nos cursos do Projeto Esporte Cidadão, com idades de 6 a 18 anos, de ambos os gêneros. Sua operacionalização se deu a partir do convite e aceitação dos alunos a participar da pesquisa. Todos os pais/responsáveis dos alunos receberam por escrito um completo esclarecimento sobre a pesquisa, assegurando-lhes confiabilidade e sigilo sobre as informações coletadas. Aqueles que concordaram em participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Quadro 1. Respostas às pergunta formuladas

Por que seu filho(a) participa do Projeto Esporte Cidadão?	N	%
Não responderam	86	3%
Não tenho onde deixá-lo quando vou trabalhar	15	1%
Ele(a) quis	847	33%
Acho importante para o desenvolvimento dele(a)	1.460	58%
O médico recomendou	120	5%
A professora recomendou	8	0%
Outros motivos (especificar): para melhorar como cidadão	1	0%
Total	2.537	100%

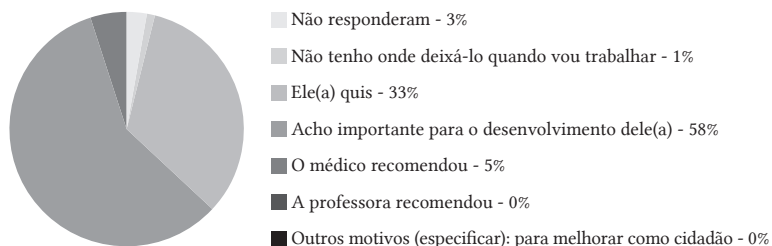


Figura 1. Respostas às perguntas formuladas

Considerações finais

Os motivos que levaram os filhos a participar do Projeto, além de influenciar a qualidade de vida, foram verificados pela alegação da grande maioria dos pais, que o Projeto Esporte Cidadão é importante para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

Trabalho 4. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Educação Física da Faculdade Max Planck

Guiseppe Iwao Panzetti

Heleno da Silva Luiz Junior (orientador)

Título: Uma proposta de testes para mensuração das capacidades físicas em programas públicos nas áreas de ensino formal e informal e esportes educacional, de participação e de alto rendimento

Introdução

A programação das atividades físicas oferecidas em clubes, academias e instituições esportivas dependem de uma avaliação diagnóstica das capacidades físicas dos alunos, para que sirvam de parâmetro durante a aplicação do programa de treinamento e na organização do volume e da intensidade dos exercícios. O objetivo dos programas públicos esportivos é o atendimento melhor e mais amplo à população. O tempo escasso para aplicação de testes físicos e a rotatividade dos alunos são fatores que influenciam negativamente o profissional de Educação Física na

aplicação de testes físicos. Assim, o objetivo desse artigo é sugerir uma proposta de testes de fácil aplicabilidade e baixo custo, para avaliar nas redes públicas municipais as capacidades físicas de seus participantes, durante a programação do ano esportivo.

Conclusão

A proposta de testes físicos deste estudo busca auxiliar os profissionais de Educação Física que atuam na educação formal, não formal e em programas públicos esportivos na mensuração diagnóstica da performance e no monitoramento das capacidades físicas (com baixo custo) dos alunos inseridos nos programas esportivos. Assim, contribui-se como um parâmetro para quantificar e qualificar as mudanças ocorridas no condicionamento físico dos participantes, mostrando pelos testes os resultados da prática esportiva.

Trabalho 5. Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade Extensão Universitária em Ciência da Saúde e Esporte da Universidade Federal de São Paulo

*Milton Salles Garcia
Heleno da Silva Luiz Junior
José Maria Ferraz Filho*

Título: A hidroginástica na melhora da composição corporal e da força de idosos sedentários

Introdução

O estilo de vida sedentário é considerado como apenas uma falta de atividade física, no entanto é um dos grandes vilões da saúde pública global, causando doenças como obesidade, enfermidades cardiorrespiratórias, alguns tipos de câncer, diabetes, atrofia muscular, entre outras. A obesidade, por exemplo, também está associada a inúmeros problemas de saúde como ataque cardíaco, diabetes e câncer, devido ao acúmulo de gordura nas artérias, especialmente as coronárias. As enfermidades

(obesidade, diabetes tipo 2, hipertensão arterial, colesterol) podem acarretar na perda de massa muscular em três níveis diferentes: caquexia, atrofia por inatividade e sarcopenia, sendo ela a chave para o movimento. À medida que envelhecemos, mudanças significativas ocorrem na massa muscular e na qualidade de vida. Após 50 anos de idade, a massa muscular diminui em cerca de 2% ao ano, de 50 a 60 anos a quantidade de energia reduz em 1,5% anualmente, e após 60 anos esse declínio é de 3% ao ano. O treinamento de aeróbica aquática é usado para prevenção e tratamento da perda de força muscular, já que muitos estudos afirmam que exercícios com resistência ao peso melhora o poder e a força muscular, além da composição corporal, reduzindo a quantidade de gordura.

Materiais e métodos

A primeira amostra da avaliação diagnóstica, foi composta por 325 participantes de ambos os gêneros. No entanto, utilizamos para esse estudo somente 203 participantes, pertencentes ao grupo de hidroginástica do Departamento de Lazer da Secretaria de Esportes de Indaiatuba, pois somente esses foram avaliados nos dois momentos. Os participantes praticavam exercícios de hidroginástica durante uma hora por dia, duas vezes por semana, perfazendo um total de duas horas semanais. Os alunos foram orientados que as avaliações seriam realizadas em dois momentos do ano, com intervalo de oito meses, caracterizando o momento pré (Pré-A) e pós-avaliação (Pós-A).

Resultados

A amostra foi composta por 203 participantes de ambos os sexos, com idade de $(70,23 \pm 6,23)$ anos, estatura de $(156,86 \pm 7,93)$ cm, e apresentou a MCT $(69,73 \pm 13,66)$ kg para $(69,12 \pm 13,3)$, o IMC de $(28,26 \pm 4,67)$ para $(27,86 \pm 4,47)$, CC $(96,04 \pm 10,99)$ para $(93,59 \pm 10,87)$, Teste TUG $(6,59 \pm 2,58)$ para $(5,38 \pm 2,10)$ e Teste Wells $(15,56 \pm 10,36)$ para $(19,03 \pm 9,57)$.

Conclusão

As variáveis apresentadas neste estudo permitiram concluir que a hidroginástica para idosos, aplicada duas vezes por semana durante

oito meses, não influenciou positivamente em alterações significativas no MCT e IMC. Para as variáveis CC, TUG e Teste Wells as alterações foram positivas. Assim, podemos dizer que a atividade de hidroginástica proposta auxilia na redução da circunferência da cintura e na melhora da mobilidade funcional e da flexibilidade dos participantes.

Os autores sugerem que mais estudos sejam desenvolvidos, levando em consideração a carga e o controle da intensidade dos exercícios físicos executados no meio aquático.

O PROJETO ESPORTE CIDADÃO E OS TRABALHOS ACADÊMICOS

*Heleno da Silva Luiz Junior
Humberto Aparecido Panzetti
Rafael de Oliveira e Silva
Rubens Pantano Filho*

O Projeto Esporte Cidadão também serviu para que grupos acadêmicos produzissem trabalhos voltados às crianças. Dentre eles, destacamos duas pesquisas referentes ao Programa de Pós-Graduação Interunidas em Nutrição Humana Aplicada da Universidade de São Paulo (Pronut/USP).

A primeira, intitulada “Impacto de um programa público de iniciação esportiva para crianças: gastos, antropometria, rendimento escolar e qualidade de vida”, teve como objetivo avaliar o impacto do Projeto Esporte Cidadão no rendimento escolar, nos parâmetros antropométricos, na qualidade de vida dos beneficiários e no orçamento público.

Nesse estudo foram analisadas 86 crianças participantes do Projeto Esporte Cidadão que realizavam atividades aeróbicas coletivas, denominadas “grupo-caso”, as quais foram comparadas com um grupo de crianças não participantes do Projeto, então denominadas “grupo-controle”.

Nesses grupos alguns temas foram abordados, como a importância do esporte e da atividade física para as crianças, a atividade física e os parâmetros antropométricos e sua relação com a qualidade de vida. Além disso, foi feita uma avaliação econômica dos gastos públicos do projeto. As informações foram coletadas em dois períodos, antes do início das atividades esportivas e três meses depois.

A metodologia se constituiu em um estudo longitudinal, prospectivo, com amostra não probabilística de conveniência e grupo de controle, para avaliar estatisticamente o impacto pelo método de diferenças em diferenças. Os resultados apresentaram um impacto positivo nos indicadores de rendimento escolar das crianças que participam do Projeto Esporte Cidadão, embora os demais indicadores não tenham sido afetados. A pesquisa sugeriu novas avaliações que considerem um tempo maior de exposição às atividades esportivas.

Outro grupo, também da USP, utilizou o tema: “Qualidade de vida: o papel do estado nutricional e da percepção do relacionamento familiar de crianças do município de Indaiatuba (SP)”. Esse estudo buscou analisar a contribuição da percepção do relacionamento familiar e do estado nutricional sobre a qualidade de vida de crianças do município de Indaiatuba, dada sua importância na origem de muitos problemas da vida adulta, que se dá na infância.

A metodologia foi dividida em duas etapas, sendo utilizado na primeira o instrumento APGAR Familiar adaptado a crianças de 7 a 11 anos, a técnica do teste-reteste como medida de confiabilidade, e para a avaliação da validade convergente foi utilizada a Escala de Avaliação da Qualidade de Vida Infantil. Na segunda etapa foram analisados os determinantes da Qualidade de Vida de crianças sob aspectos familiares, nutricionais, socioeconômicos e demográficos, por meio de regressão linear múltipla com método dos mínimos quadrados ordinários.

Os resultados da primeira etapa mostraram-se satisfatórios em relação às evidências de validade da versão para crianças APGAR Familiar. No entanto, sugere-se que essas evidências sejam avaliadas também por outros pesquisadores, com crianças de outras regiões do país, a fim de que os resultados sejam confirmados. Já os resultados da segunda etapa atenderam aos demais objetivos e mostraram que variáveis como a idade da criança e a autopercepção do relacionamento familiar foram capazes de explicar a Qualidade de Vida percebida pela criança sob a perspectiva da sensação subjetiva de bem-estar.

Os achados também evidenciaram que ainda estão muito distantes de uma concepção universal de qualidade de vida, principalmente para a infância. O maior desafio nesta área consiste em instituir definições que traduzam de fato os interesses da criança, captando a percepção do indivíduo acerca de seu bem-estar subjetivo.

A importância dessas pesquisas está ligada diretamente ao fato de que podemos formar uma sociedade mais saudável a partir de medidas adotadas pelo poder público, no sentido de melhorar a qualidade de vida, prevenindo assim que mazelas desenvolvidas na infância se reflitam na vida adulta.

TORNEI-ME SECRETÁRIO DE ESPORTES: E AGORA?

*Heleno da Silva Luiz Junior
Humberto Aparecido Panzetti*

São diversas as atribuições de um Secretário Municipal de Esportes: planejar ações, programas e projetos esportivos, dirigir os departamentos técnico e administrativo, coordenar as equipes nas áreas do esporte de alto rendimento, de participação e educacional, orientar a execução da área financeira, acompanhar e avaliar as atividades dos núcleos que integram a infraestrutura dos complexos esportivos e exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo prefeito, tal como representar a instituição em eventos esportivos que tragam inovação aos departamentos.

Existem formas simples de aprender qualquer coisa na vida profissional e pessoal. A vivência traz diversos aprendizados, nem sempre de sucesso em relação a expectativas e metas, e por isso poucos gestores apostam neste caminho. Mas graças a estas vivências, coordenadores e diretores de departamentos que foram demitidos em outros trabalhos, acabam sendo aqueles que mais trazem resultados, por já conhecerem os caminhos e os obstáculos dos quais devem desviar, como nos lembra o antigo ditado, “a teoria, na prática, é outra”.

Com a experiência em mais de 30 municípios como assessor e secretário, Humberto Aparecido Panzetti percebeu, ao longo de sua trajetória profissional, questões relacionadas à gestão do esporte que não estão nos livros de administração pública ou Educação Física. Ao assumir uma secretaria de esportes, são exigidas diversas competências ao gestor, bem como algum conhecimento prévio das leis municipais orçamentárias

e administrativas, já que os trabalhos a serem desenvolvidos devem estar em consonância com a Lei Orgânica Municipal (LOM) e constar no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) – três siglas que definem o orçamento para o governo.

A LOM está para o município como a Constituição Federal está para a União. Logo, conhecer essa Lei é vital para o desenvolvimento dos trabalhos.

No PPA o gestor encontrará as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública, ou seja, tudo que for realizado deve estar contemplado neste documento. Ele estabelece ações para os próximos quatro anos.

A LDO é elaborada anualmente e tem como objetivo apontar as prioridades do governo, incluindo a Secretaria de Esportes, para o ano seguinte, e serve como um ajuste anual das metas colocadas pelo PPA.

Já a LOA é o orçamento anual propriamente dito. Ela é dividida por temas (saúde, educação, esporte etc.) e traz a estimativa da receita e a fixação das despesas do governo.

Completando o quadro, para que o gestor possa comprar equipamentos, realizar obras ou contratar serviços, por exemplo, ele precisa seguir o que rege a Lei nº 8666/93, a qual estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a tais gastos, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações.

Vale ressaltar que o gestor de esportes não precisa ter conhecimentos profundos das leis ou de cada segmento esportivo, porém é de grande valia uma postura de liderança. Ele deve sim saber encontrar pessoas capacitadas a ocuparem as posições que demandam conhecimento técnico específico em sua equipe. Além disso, ele deve ter acesso ao departamento jurídico, a fim de resolver questões que demandem maior conhecimento técnico em relação às leis.

Após vivenciar essa rotina em seus 30 anos de experiência, Panzetti argumenta que é mandatório para o gestor esportivo, em seu primeiro ato como secretário, adquirir algumas informações em seu departamento para iniciar sua gestão. São elas:

- Número total de professores da secretaria;
- Verificar se esses funcionários são concursados ou comissionados;

- Verificar a formação acadêmica da equipe técnica que atende a população na ponta (bacharel, licenciado ou provisionado);
- Qual a carga horária cumprida pelos profissionais;
- Elaborar um inventário de equipamentos públicos que estão sob a responsabilidade da secretaria de esportes (espaços próprios e cedidos por meio de parcerias).

Somando-se ao conhecimento das regras legais do município, estas informações são fundamentais para iniciar um processo de gestão. É por meio desse levantamento que a gestão se inicia, com a distribuição de atividades e ocupação de cada espaço público. O Quadro 1 descreve um modelo para levantamento de informações e análise gerencial.

Quadro 1. Modelo para análise gerencial

Cargo	Profissional de Educação Física	Profissional de Educação Física
CH (hora)	40	40
Modalidades	Coletivas	Individuais
Turmas	12	12
Encontros semanais	2	2
Máximo alunos/turma	30	20
Nº de modalidades oferecidas	Máximo duas	Máximo duas
Capacidade de atendimento semanal	360	240

Observa-se no Quadro 1 que as modalidades coletivas podem oferecer mais vagas quando comparadas às modalidades individuais.

Ainda pensando na gestão, uma das formas de oferecer um serviço de qualidade é propiciar capacitação constante aos professores, atitude importante para a administração esportiva, que beneficia a vida profissional do funcionário e traz a convicção aos coordenadores de que as atividades planejadas estão na direção certa.

Em relação à carga horária, ressalta-se que os professores precisavam de ajustes técnicos para as atribuições no trabalho. O tempo do profissional de Educação Física deve ser distribuído segundo diversas necessidades de uma Secretaria. Assim sendo, deve-se considerar as horas

de trabalho destinadas para atuação direta com os alunos, reuniões administrativas e pedagógicas, eventos e capacitações. No Quadro 2 observa-se uma proposta de gestão da carga horária.

Quadro 2. Proposta de distribuição de carga horária dos profissionais de Educação Física

Cargo	Profissional de Educação Física
CH alunos	30
CH reunião administrativa	1
CH reunião pedagógica	1
CH capacitação	2
CH convocação p/ eventos	6
CH total	40

Para que o atendimento à população seja potencializado, é importante angariar dados junto às secretarias que cuidam do censo municipal, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Após concluir esta etapa, o gestor deve fazer um levantamento das demandas de equipamentos e de atendimento ao público. Tal atividade deve-se ao fato de cada espaço público disponível para esportes estar inserido em bairros diferentes com suas peculiaridades regionais e culturais. Vários exemplos destas características sociais são vistos no município de Indaiatuba, que tem muitos participantes nas modalidades de futebol, futsal, natação, luta de braço e ciclismo, com diversos campeões. A geografia do município, por exemplo, propicia a prática de ciclismo de competição e recreativo.

Com este olhar mais atento sobre as regiões do município, as secretarias de esportes devem oferecer atividades esportivas de forma que em cada bairro ou região haja maior adesão da população. No Quadro 3 são apresentadas experiências positivas que consideram as necessidades e interesses de diversas faixas etárias.

Quadro 3. Características dos bairros e atividades oferecidas

Localização municipal	Característica	Oferecimento
Bairros antigos	População prevalente: terceira idade	Atividades do segmento de esportes de participação, lazer e programas de saúde
Bairros novos	População prevalente: crianças, jovens e adolescentes.	Atividades do segmento de esporte educacional
Bairros com maior vulnerabilidade	População diversificada	Atividades do segmento de esportes de participação, lazer, programas de saúde e esporte educacional. Nesses locais as atividades devem receber maior incentivo da administração.
Bairros próximos a condomínios	População diversificada	Atividades de recreação, lazer e programas de saúde de forma pontual. Moradores de condomínios geralmente possuem infraestrutura local, preferindo realizar atividades internas, reduzindo assim a adesão aos programas esportivos públicos

É possível observar que o trabalho realizado pela secretaria municipal de esportes do município de Indaiatuba preza pela qualidade do que é oferecido à população, tanto no tocante aos profissionais e às modalidades esportivas quanto aos equipamentos públicos, sendo falaciosa a afirmação de que serviço prestado pelo município seja de baixa qualidade, simplesmente por ser público. O objetivo é a excelência no atendimento à população.

Gestão pública significa fazer com excelência o que é necessário e saber estar à frente da sua equipe, promovendo o desenvolvimento

profissional de cada um e de todos, pois o trabalho realizado para a população é coletivo, e não de um ou outro profissional. Todas as conquistas são de todos. Além disso, não se pode perder a direção descrita pelos gestores no início da administração, por ocasião do planejamento das atividades do departamento.

Para que a missão seja cumprida é primordial que o desenvolvimento da saúde e da qualidade de vida dos munícipes seja observada e levada em consideração a cada atividade proposta e realizada.

A gestão atual do município de Indaiatuba acredita que uma boa organização na gestão pública esportiva faz com que o esporte, de maneira geral, apoie o desenvolvimento da cidadania e da saúde, contribuindo para a eficácia da gestão. Quanto maior for a capacidade do município em investir no esporte por meio de ações resultantes de um planejamento eficiente e efetivo, maior será a capacidade do gestor público de promover o esporte na cidade.

Ressalta-se que a demanda maior deste modelo descrito é de liderança, organização, planejamento e controle, com pouco investimento propriamente dito. Portanto, o gestor não onera os cofres públicos, provando-se ideal para municípios nos quais os recursos disponíveis são escassos.

REFERÊNCIAS

ADELINO, J.; VIEIRA, J.; COELHO, O. Jovens no desporto: um pódio para todos. **Treino Desportivo**, Lisboa, v. 1, n. 2, p. 19-32, 1998.

ARAÚJO, V. C. **Criança**: do reino da necessidade ao reino da liberdade. Vitória: Edufes, 1996.

ASTRAND, P. O. Crianças e adolescentes: desempenho, mensurações, educação. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, DF, v. 6, n. 2, p. 59-68, 1992.

BARRERE, A.; MARTUCCELLI, D. A escola entre a agonia moral e a renovação ética. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 76, p. 258-277, 2001.

BARRETO, S. J. **Psicomotricidade, educação e reeducação**. 2. ed. Blumenau: Livraria Acadêmica, 2000.

BROTTO, F. O. **Jogos cooperativos**: o jogo e o esporte como um exercício de convivência. 1999. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

CHARLOT, B. **A mistificação pedagógica**: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

COSTE, J. C. **A psicomotricidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DAVIM, R. M. B. et al. Qualidade de vida de crianças e adolescentes: revisão bibliográfica. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, Fortaleza, v. 9, n. 4, p. 143-150, 2008.

FARIA, A. L. G. **Educação pré-escolar e cultura**: para uma pedagogia da educação infantil. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

FARIAS JÚNIOR, J. C. et al. Comportamentos de risco à saúde em adolescentes no Sul do Brasil: prevalência e fatores associados. **Revista Panamericana de Salud Publica**, Washington, DC, v. 25, n. 4, p. 344-352, 2009.

FERREIRA NETO, C. A. (Org.). **Motricidade e jogos na infância**. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

GADOTTI, M. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1999.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C.; GOODWAY, J. D. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. Influência da prática da atividade física em crianças e adolescentes: uma abordagem morfológica e funcional. **Revista da Apef**, Londrina, v. 10, n. 17, p. 3-25, 1995.

GUISELINI, M. A. **Tarefas motoras para crianças em idade pré-escolar**. São Paulo: CLR Balieiro, 1997.

JOSÉ, E. A.; COELHO, M. T. **Problemas de aprendizagem**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2004.

KORSAKAS, P. O esporte infantil: as possibilidades de uma prática educativa. In: ROSE JÚNIOR, D. et al (Org.). **Esporte e atividade física na infância e na adolescência**: uma abordagem multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 39-49.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KUHLMANN JÚNIOR, M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte.** 6. ed. Ijuí: Unijuí, 2004.

LE BOULCH, J. **Desenvolvimento psicomotor: do nascimento até os seis anos.** 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MAHONEY, A. A.; ALMEIDA, L. R. (Org.). **A constituição da pessoa na proposta de Henri Wallon.** São Paulo: Loyola, 2004.

MELO, V. A.; BRÊTAS, A.; MONTEIRO, B. M. Fundamentos do lazer e da animação cultural. In: OLIVEIRA, A. A. B.; PERIM, G. L. (Org.). **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática.** Maringá: Eduem, 2009. p. 41-69.

OLIVEIRA, P. R.; ARRUDA, M. (Org.). **Crescimento, desenvolvimento e aptidão física.** Campinas: Codesp, 2000.

PIAGET, J. **A Formação do Símbolo na Criança.** Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

PITANGA, F. J. G. **Testes, medidas e avaliações em Educação Física e esportes.** 4. ed. São Paulo: Phorte, 2005.

_____. **Testes, medidas e avaliações em Educação Física e esportes.** 5. ed. São Paulo: Phorte, 2007.

ROCHA, A. L.; GUEDES, D. P. **Avaliação física para treinamento personalizado, academias e esportes: uma abordagem didática, prática e atual.** São Paulo: Phorte, 2013.

SIMÕES, A. C.; BÖHME, M. T. S.; LUCATO, S. A. Participação dos pais na vida esportiva dos filhos. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 34-45, 1999.

TUBINO, M. J. G. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010.

VAYER, P. **A criança diante do mundo**. Porto Alegre: Artmed, 1986.

VENÂNCIO, S. O movimento humano e o brincar: uma leitura pela obra de Winnicott. **Motus Corporis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 32-38, 2001.

WEINECK, J. **Biologia do esporte**. 7. ed. Barueri: Manole, 2005.

ZAKHAROV, A.; GOMES, A. C. **Ciência do treinamento desportivo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grupo Palestra, 2003.

Presidência do CREF4/SP



Nelson Leme da Silva Junior

Comissão Especial do Selo Literário 20 anos da Regulamentação da Profissão de Educação Física



Alexandre Janotta Drigo
Presidente da Comissão
Conselheiro Federal
CONFEF



Érica Verderi
Conselheira Regional
CREF4/SP



Mario Augusto Charro
Conselheiro Regional
CREF4/SP

Livros do Selo Literário

1. Educação Física e Corporeidade: paralelos históricos, formação profissional e práticas corporais alternativas
2. A responsabilidade do Profissional de Educação Física na humanização da pessoa idosa
3. No caminho da suavidade: escritos do Dr. Mateus Sugizaki
4. Gestão de academias e estúdios: proposta de procedimentos operacionais para treinamento individualizado e ginástica artística
5. Pedagogia complexa do Judô 2: interface entre Treinadores Profissionais de Educação Física
6. Educação Física: formação e atuação no esporte escolar
7. Voleibol na Educação Física escolar: organização curricular do 6º ao 9º ano
8. Modelos de treinamento de Judô propostos por Treinadores de Elite
9. Trabalhando com lutas na escola: perspectivas autobiográficas de Professores de Educação Física
10. Teoria social cognitiva e Educação Física: diálogos com a prática
11. Padronização de medidas antropométricas e avaliação da composição corporal
12. Hipertrofia muscular: a ciência na prática em academias
13. Obesidade e seus fatores associados: propostas para promoção da saúde a partir do exercício físico e da aderência a ele associada
14. O Direito no desporto e na prática Profissional em Educação Física
15. Maturação biológica: uma abordagem para treinamento esportivo em jovens atletas
16. Gestão pública no Esporte: relatos e experiências
17. Métodos inovadores de exercícios físicos na saúde: prescrição baseada em evidências
18. Conceitos básicos relacionados a doenças crônicas e autoimunes: considerações para atuação do Profissional de Educação Física
19. As atividades de aventura e a Educação Física: formação, currículo e campo de atuação
20. Primeiros socorros e atuação do Profissional de Educação Física
21. Musculação: estruturação do treinamento e controle de carga

Este livro foi composto em Linux Libertine pela Tikinet
Edição e impresso pela Coan Indústria Gráfica Ltda em
papel Offset 90g para o CREF4/SP, em setembro de 2018.



Selo Literário 20 anos da Regulamentação da Profissão de Educação Física

O Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região (CREF4/SP), na sua competência de “zelar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização da profissão de Educação Física e de seus Profissionais”, mantendo seus valores de comprometimento, credibilidade, ética, excelência, interesse público, justiça, legitimidade, responsabilidade social e transparência, produziu o Selo Literário comemorativo dos 20 anos da promulgação da Lei nº 9.696/98, composto por obras literárias com conteúdo relacionado ao campo da Educação Física, com os seguintes temas: História da Corporeidade e o Corpo; biografia de Profissional consagrado; Educação Física escolar, esportes, lutas, gestão, *fitness*, ginástica, lazer, avaliação física, saúde, psicologia e pedagogia aplicadas.

Dessa forma, além de comemorar esta data de grande importância, mantemos nosso compromisso de estimular o desenvolvimento da prestação de serviços de excelência dos Profissionais de Educação Física perante nossa sociedade.

A todos uma boa leitura,

*Conselho Regional de Educação Física
da 4ª Região – Estado de São Paulo*

